

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Em 31 de dezembro de 2019**



FUNDAÇÃO  
**renova**

---

# ***Fundação Renova***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019  
e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Administradores  
Fundação Renova

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Renova ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Renova em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Fundação Renova

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões



## Fundação Renova

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Fábio Abreu de Paula  
Contador CRC 1MG075204/O-0

## Sumário

<b><i>Mensagem da Administração</i></b> .....	<b>4</b>
<b><i>Abrangência dos Programas</i></b> .....	<b>6</b>
Eixo Pessoas e Comunidades .....	6
Eixo Terra e Água.....	7
Eixo Reconstrução e Infraestrutura .....	7
<b><i>Principais resultados no ano</i></b> .....	<b>7</b>
Pessoas e Comunidades.....	7
Terra e Água .....	8
<b><i>Estratégia e alocação de recursos</i></b> .....	<b>9</b>
<b><i>Aplicação dos recursos</i></b> .....	<b>9</b>
<b><i>Origem dos recursos: dotações das mantenedoras</i></b> .....	<b>11</b>
<b><i>Aportes para os programas compensatórios (cláusula 232)</i></b> .....	<b>13</b>
<b><i>Aportes para o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos (cláusula 170)</i></b> .....	<b>13</b>
<b><i>Destinação da dotação total de 2019</i></b> .....	<b>14</b>
<b><i>Posição do caixa</i></b> .....	<b>15</b>
<b><i>Despesas de gestão</i></b> .....	<b>16</b>
<b><i>Custeio do sistema de governança</i></b> .....	<b>16</b>
<b><i>Valor econômico direto gerado e distribuído</i></b> .....	<b>17</b>
<b><i>Síntese</i></b> .....	<b>18</b>
<b><i>Perspectivas para 2020</i></b> .....	<b>19</b>
<b><i>Covid-19</i></b> .....	<b>20</b>
<b><i>1. Contexto operacional</i></b> .....	<b>26</b>

<b>2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis .....</b>	<b>26</b>
<b>3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas ...</b>	<b>33</b>
<b>4. Tributos a recuperar .....</b>	<b>35</b>
<b>5. Adiantamentos - Parcerias e acordos.....</b>	<b>36</b>
<b>6. Outros ativos .....</b>	<b>36</b>
<b>7. Bens destinados a terceiros.....</b>	<b>36</b>
<b>8. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce.....</b>	<b>37</b>
<b>9. Imobilizado e intangível .....</b>	<b>38</b>
<b>10. Fornecedores .....</b>	<b>40</b>
<b>11. Salários, provisões e contribuições sociais.....</b>	<b>41</b>
<b>12. Tributos a recolher.....</b>	<b>41</b>
<b>13. Provisões diversas .....</b>	<b>42</b>
<b>14. Obrigações socioambientais e socioeconômicas.....</b>	<b>45</b>
<b>15. Contingências .....</b>	<b>46</b>
<b>16. Patrimônio Líquido.....</b>	<b>49</b>
<b>17. Receitas .....</b>	<b>51</b>
<b>18. Despesas operacionais com programas.....</b>	<b>52</b>
<b>19. Despesas operacionais administrativas.....</b>	<b>54</b>
<b>20. Resultado financeiro .....</b>	<b>55</b>
<b>21. Aportes mantenedoras.....</b>	<b>56</b>
<b>22. Compromissos (commitments) .....</b>	<b>56</b>
<b>23. Cobertura de seguros (não auditada) .....</b>	<b>56</b>
<b>24. Eventos subsequentes.....</b>	<b>57</b>

## Mensagem da Administração

A Fundação Renova é uma organização de direito privado, criada em agosto de 2016, para executar as medidas de reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015. Trata-se de uma organização sem fins econômicos, independente, cujo escopo de atuação é formado por 42 programas, executados em 39 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo<sup>1</sup>. A Renova foi instituída e é regulada e limitada pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em março de 2016, pela Samarco Mineração S.A., suas mantenedoras Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., governos federal, estaduais e municipais, além de diversas autoridades.

Desde junho de 2018, a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta voltado à governança (TAC Governança) prevê a representação dos atingidos em todas as instâncias de tomada de decisão, aprimorando o modelo de construção coletiva de soluções preconizado pelo TTAC. É de interesse da Renova, aperfeiçoar, promover e alinhar a participação ativa de todos os stakeholders, como também estabelecer regras claras e objetivas em relação a seus papéis e responsabilidades, tanto na construção e na implantação das soluções quanto no processo decisório.

Um ponto importante do TAC Governança se consolidou no fim de 2019, quando a Ouvidoria passou a dispor de um ouvidor-geral, profissional que reforçou o trabalho da área, não apenas pela escuta, mas também pelo diálogo ativo e propositivo com os atingidos. A efetivação da contratação contou com a participação do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública, do Comitê Interfederativo (CIF) e de assessorias técnicas formalmente constituídas. Além de articular os diversos *stakeholders* da Fundação, o ouvidor-geral tem a função de receber, examinar e encaminhar informações relativas a procedimentos e ações da organização na reparação dos danos do rompimento da barragem de Fundão.

O Fórum de Observadores, também previsto no TAC Governança, está em formação. Trata-se de um órgão externo à Fundação Renova, composto por representantes da sociedade civil, da academia, dos povos e das comunidades tradicionais atingidas. Ele tem o objetivo de acompanhar o que está sendo realizado para recuperação dos locais impactados pelo rompimento, subsidiando, assim, o Ministério Público de Fundações.

Em 2018, foram constituídas seis gerências de territórios — Mariana, Alto Rio Doce, Calha do Rio Doce, Médio Rio Doce, Baixo Rio Doce e Foz — e duas novas diretorias — de Infraestrutura e de Planejamento e Gestão. Em 2019, somou-se à estrutura da organização a área de Curadoria de Impactos. Ela é responsável pela sistematização das análises e estudos para mensuração dos impactos de forma integrada (perspectivas ambiental, social e econômica), de maneira a permitir uma compreensão da dinâmica dos impactos associados ao rompimento da barragem de Fundão em cada região.

A complexidade das intervenções necessárias, inédita e sem precedentes no mundo, tem exigido aprendizados, estudos e pesquisas em todas as frentes envolvidas na execução dos diferentes programas. Para a Renova, as soluções devem ser geradas, obrigatoriamente, com a participação de todos os envolvidos. Assim, torna-se imprescindível clareza e entendimento acurado das situações, para que se alcance as melhores soluções e um engajamento efetivo...

---

<sup>1</sup> O TTAC considera originalmente 39 municípios impactados, mas a Deliberação 58 do CIF, de 31 de março de 2017, delimitou novas áreas de abrangência socioeconômica em outras cinco comunidades, totalizando 44 municípios.

Muitos dos problemas encontrados são de ordem pública, anteriores ao evento. Têm tal grau de complexidade, que exigem, antes de tudo e mais uma vez, diálogo qualificado entre os atores-chaves, modelos específicos de governança, estratégias de incentivo e responsabilização adequados. Em vista disso, governos estaduais e municipais foram convidados pela Fundação Renova a trabalhar em uma Agenda Integrada, de modo que a aplicação dos recursos compensatórios esteja conectada ao desenvolvimento regional planejado pelo poder público. As ações a serem implementadas, bem como os recursos a serem aplicados, estão em discussão.

É imperativo que a Fundação atue de forma eficaz e eficiente na gestão dos recursos financeiros, de modo que seus processos, métodos e procedimentos, aliados aos patrimônios materiais e humanos, obtenham o máximo de aproveitamento e conduzam aos resultados esperados. Essa meta implica aprimoramento constante. Há que se agilizar e enxugar processos continuamente, tornar as tomadas de decisão cada vez mais assertivas e acuradas, estabelecer estruturas de trabalho e de gestão de pessoas que promovam alto desempenho, bem-estar e segurança, exercer rigorosa gestão econômico-financeira, tudo sempre acompanhado das melhores práticas de *compliance*.

### **Compliance**

A Fundação Renova mantém um programa de integridade com base na Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013), no Decreto nº 8.420/2015, em legislações posteriores e em padrões internacionais. A área de Compliance tem independência para realizar suas atividades e emitir relatórios semestrais. É composta por profissionais com experiência, que atuam para garantir probidade e conformidade com as melhores práticas na execução dos programas. A Fundação Renova toma todas as ações necessárias para garantir que seus colaboradores, contratados, representantes e agentes cumpram as legislações pertinentes, bem como as normas e regulamentos aplicáveis, de modo a prevenir corrupção, suborno, conflito de interesse, proteção à concorrência, lavagem de dinheiro, fraude ou improbidade administrativa, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

### **Direitos Humanos**

A Fundação Renova pauta seu trabalho pelo respeito aos direitos humanos, sem discriminação por origem, raça, cor, gênero, idade, orientação sexual, religião ou opinião política.

É um tema tão presente no dia a dia da instituição que foi criada uma gerência dedicada a fomentar essa cultura entre todos os envolvidos no processo reparatório. Nos programas que executa e em todas as suas ações nos territórios, o respeito aos direitos humanos é uma dimensão presente, analisada caso a caso, e merecedora de atenção especial de todos os canais de atendimento e de relacionamento da entidade. Há um olhar sempre atento para identificar e agilizar a resolução de casos envolvendo situações de vulnerabilidade e para a promoção de ações direcionadas a diminuir desigualdades, como a de gênero.

As estatísticas de gênero do IBGE apontam desigualdade histórica entre homens e mulheres no mercado de trabalho do país. Essa realidade é refletida nos dados extraídos do cadastro realizado pela Fundação Renova ao longo dos 670 quilômetros de rios da Bacia do rio Doce, atingidos pelo rompimento de Fundão. O próprio TAC Governança evidencia essa disposição, ao prever a participação feminina em comissões locais e assessorias técnicas.

## **Nova diretoria**

O engenheiro florestal André de Freitas assumiu, a partir de 6 de janeiro de 2020, o cargo de diretor-presidente da Fundação Renova. Freitas atuava até então como diretor de Programas Socioambientais e Socioeconômicos. Freitas substituiu Roberto Waack, que concluiu seu ciclo na organização após mais de três anos à frente dos trabalhos de reparação.

O novo diretor-presidente tem o compromisso de continuar as ações de reparação em andamento, conferindo-lhes celeridade, especialmente, em frentes como indenização e reassentamento. Formado pela Universidade de São Paulo, registrou sólida atuação à frente de organizações nacionais e internacionais, como Imaflora, Rabobank, Forest Stewardship Council e Sustainable Agriculture Network. Tem ampla experiência na criação de soluções e no desenvolvimento de estratégias e alinhamentos em ambientes complexos.

## **Abrangência dos Programas**

Os 42 programas executados pela Renova estão divididos em três eixos temáticos (Pessoas e Comunidades, Terra e Água, Reconstrução e Infraestrutura), que agrupam os principais focos de cada frente no processo de recuperação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Porém, os resultados dos programas não devem se restringir à reparação dos danos. Faz-se necessário identificar e aproveitar oportunidades para maximizar a utilização dos recursos mobilizados, de forma que a Renova também possa deixar um legado de desenvolvimento sustentável para a região.

Os trabalhos de reparação geram, atualmente, 6.272 empregos diretos e indiretos. Do total de postos gerados, 53% são ocupados por profissionais dos municípios afetados, a exemplo dos mais de 500 distribuídos nos 22 Centros de Indenização Mediada, localizados ao longo do território impactado.

Até dezembro de 2019, o valor dos contratos firmados com fornecedores locais em toda a área de atuação da Fundação Renova era de R\$ 1,43 bilhão. A apuração de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) gerados pelos serviços contratados e executados pela Renova e pela Samarco — em cumprimento às obrigações do TTAC — atingiu R\$ 136,1 milhões, sendo R\$ 41,6 milhões em 2019. Os valores recolhidos pela Samarco incluem, além dos montantes relacionados às obrigações estabelecidas pelo TTAC, o ISSQN decorrente de gastos em obras necessárias para o reforço das estruturas remanescentes, bem como em outras atividades relacionadas ao rompimento da barragem.

## **Eixo Pessoas e Comunidades**

### Frentes de atuação:

- Identificação e indenização
- Educação e cultura
- Saúde e bem-estar
- Comunidades tradicionais e indígenas
- Fomento à economia
- Engajamento e diálogo

**Programas relacionados:** Levantamento e Cadastro dos impactados; Ressarcimento e Indenização dos Impactados; Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas; Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais; Proteção Social; Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social; Recuperação de Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar; Memória Histórica, Cultural e Artística; Turismo, Cultura, Esporte e Lazer; Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada; Promoção à Inovação; Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras; Desenvolvimento e Diversificação Econômica; Recuperação de Micro e Pequenos Negócios; Estímulo à Contratação Local; Auxílio Financeiro Emergencial; Educação Ambiental; Informação para a População; Comunicação Nacional e Internacional; Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários.

## **Eixo Terra e Água**

### Frentes de atuação:

- Uso do solo
- Gestão hídrica
- Manejo de rejeito
- Biodiversidade
- Assistência aos animais

**Programas relacionados:** Assistência aos Animais; Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves; Retomada das Atividades Agropecuárias; Recuperação da Área Ambiental 1; Fomento ao CAR e PRA; Manejo de Rejeitos; Recuperação de Áreas de Preservação Permanente; Recuperação de Nascentes; Conservação da Biodiversidade; Recuperação da Fauna Silvestre; Fauna e Flora Terrestre; Preparação para Emergências Ambientais; Monitoramento da Bacia do Rio Doce; Unidades de Conservação.

## **Eixo Reconstrução e Infraestrutura**

### Frentes de atuação:

- Reassentamento
- Contenção de rejeito (Eixo 1)
- Tratamento de água e efluentes
- Infraestrutura urbana e acessos

**Programas relacionados:** Reconstrução de Vilas; Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas; Implantação de Sistemas de Contenção dos Rejeitos e de Tratamento *In Situ* dos Rios Impactados; Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos; Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água; Gestão de Riscos Ambientais.

## **Principais resultados no ano**

### **Pessoas e Comunidades**

- As indenizações pagas alcançaram R\$ 779,9 milhões em 2019 e R\$ 2,11 bilhões no acumulado, compreendendo as indenizações por danos de água (R\$ 273,7 milhões), danos gerais (R\$ 646 milhões) e auxílio financeiro emergencial (R\$ 1.188,2 milhões), com benefício de 320 mil pessoas.

- Desde sua criação, em outubro de 2017, o fundo Desenvolve Rio Doce, de incentivo à economia local, liberou empréstimos que totalizaram R\$ 37,9 milhões, sendo R\$ 15,3 milhões apenas em 2019. No mesmo ano, o Compete Rio Doce, que viabiliza o atendimento a empresas endividadas, não elegíveis ao Desenvolve Rio Doce, disponibilizou R\$ 4,2 milhões. No total, ambos os fundos ofereceram 1.411 operações de crédito, correspondentes a R\$ 42,1 milhões.
- Cerca de 70 profissionais de saúde — entre médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos— atuam em Mariana e Barra Longa (MG) por meio de recursos proporcionados pela Fundação Renova. Estão em andamento também ações como estruturação de núcleos de atenção psicossocial, construção de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) nos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e reforço das equipes médicas de atendimento primário e vigilância em saúde.
- 2.300 pessoas estão matriculadas em cursos profissionalizantes gratuitos da parceria entre Senai e Fundação Renova nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.
- O ressarcimento de gastos públicos extraordinários decorrentes do rompimento da barragem de Fundão somou R\$ 82,5 milhões, pagos em 2019.
- Em julho de 2019, a Renova anunciou um pacote de aproximadamente R\$ 100 milhões, destinado ao município de Mariana. As intervenções previstas têm foco em diversificação econômica (incluindo turismo) e em infraestrutura. Entre as iniciativas, estão a reforma da praça Gomes Freire e a reativação de uma cooperativa de laticínios local. Compõem o pacote a reforma e ampliação do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil, a implementação da Casa do Empreendedor e a aquisição da infraestrutura necessária, além de assessoria técnica para elaboração do georreferenciamento e do Plano Diretor da cidade.

### **Terra e Água**

- A segurança hídrica da região está sendo garantida com a construção de 15 sistemas de captação alternativa e melhorias em 9 Estações de Tratamento de Água (ETAs).
- Cerca de 355 mil mudas foram plantadas na recuperação de mais de mil nascentes.
- Formalizou-se um convênio com a Unesco, no intuito de fomentar a gestão integrada dos recursos hídricos e dos ecossistemas.

Foram recuperados 113 afluentes, ou seja, pequenos rios que alimentam o alto do rio Doce e haviam desaparecido da paisagem após o rompimento. Eles tiveram de ser totalmente redesenhados com base em informações de geoprocessamento.

### **Reconstrução e Infraestrutura**

- O programa compensatório de saneamento básico e destinação de resíduos sólidos (fundo não-reembolsável, inicialmente estabelecido no valor de R\$ 500 milhões) teve início em 39 municípios ao longo da bacia, em parceria com BDMG e Bandes. Em atendimento à cláusula 170 e demais deliberações, os recursos corrigidos já somam R\$ 568,6 milhões. Até o fim de dezembro, foram repassados R\$ 4,1 milhões para ações de esgotamento sanitário e destinação de resíduos sólidos nos municípios de Alpercata (MG), Dionísio (MG), Iapu (MG), Marliéria (MG), Rio Casca (MG), São José do Goiabal (MG), São Domingos do Prata (MG), Baixo Guandu (ES) e Colatina (ES).

- Cerca de 1.500 obras foram concluídas e entregues, como restauro de casas, propriedades rurais e escolas, reconstrução de pontes, poços artesianos, contenções de taludes e encostas. No total, 142,2 quilômetros de acessos foram reformados e 1.200 quilômetros passaram por manutenção.

Para mais informações sobre a evolução dos programas, acesse [www.fundacaorenova.org](http://www.fundacaorenova.org).

### Estratégia e alocação de recursos

Os valores de execução dos programas do TTAC pela Fundação Renova, e o montante realizado pela Samarco são apresentados a seguir, de modo a demonstrar o atendimento ao compromisso de dotação para o exercício de 2019.

O TTAC estabelece a realização de aportes anuais pelas mantenedoras para a formação do patrimônio necessário para a Fundação Renova executar seus programas. Os aportes anuais são definidos com o objetivo de custear programas de duas naturezas distintas:

- I. **programas compensatórios:** têm valor total determinado de R\$ 4,1 bilhões e envolvem duas frentes. A primeira é o financiamento do programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos (PG 31), com total de R\$ 500 milhões. A segunda, com total de R\$ 3,6 bilhões, distribuídos em parcelas anuais de R\$ 240 milhões, durante 15 anos, a partir de 2016, destina-se a diferentes iniciativas de natureza compensatória, como a recuperação de nascentes e de Áreas de Preservação Permanente e de Recarga Hídrica;
- II. **programas reparatórios:** não têm limite de valor, ou seja, as ações necessárias deverão ser implementadas sem se condicionar a montantes estabelecidos. São consideradas de cunho reparatório ações e medidas que tenham como objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos diretamente derivados do rompimento da barragem de Fundão.

### Aplicação dos recursos

Foram investidos **R\$ 2.573,9 milhões** nos programas do TTAC em 2019, sendo **R\$ 2.506,0 milhões** pela Fundação Renova e **R\$ 67,8 milhões** pela Samarco.

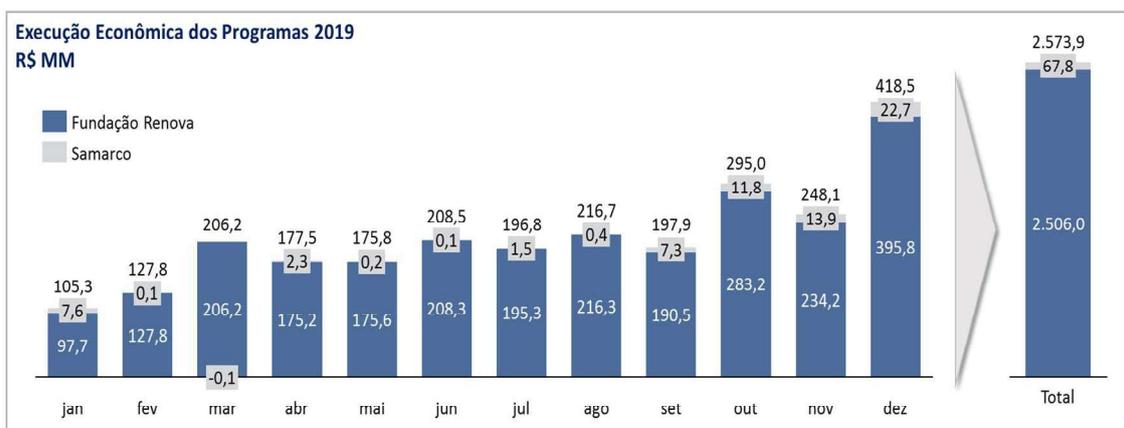


Gráfico 1 – Execução econômica mensal – R\$ milhões



Gráfico 2 – Execução econômica dos programas – R\$ milhões

Os investimentos acumulados nos programas totalizam **R\$ 7.836,5 milhões** até 2019, sendo **R\$ 6.050,6 milhões** pela Fundação Renova e **R\$ 1.785,9 milhões** pela Samarco.

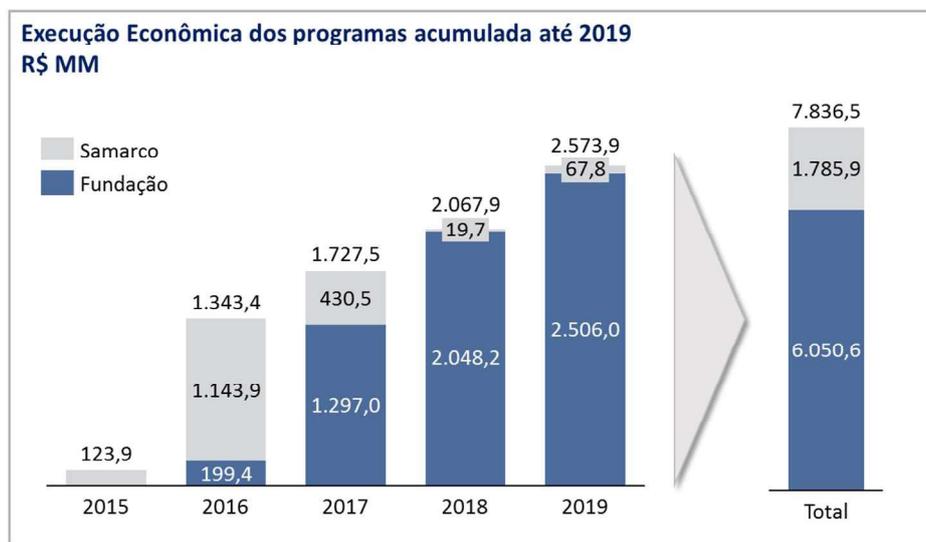


Gráfico 3 – Fluxo econômico anual e acumulado – R\$ milhões

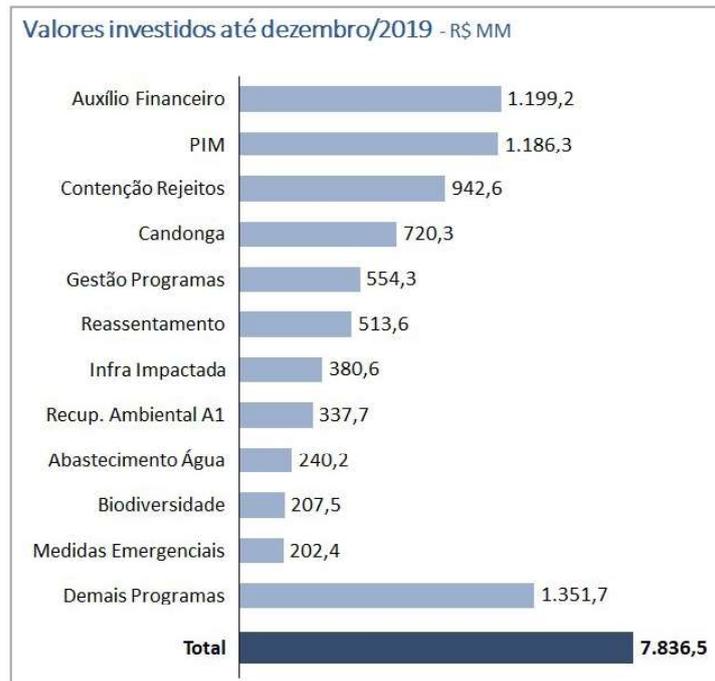


Gráfico 4 – Execução econômica dos programas (acumulado) – R\$ milhões

### Origem dos recursos: dotações das mantenedoras

Para cumprimento das obrigações de 2019, foram aportados **R\$ 2.998,0 milhões** na Fundação Renova pelas mantenedoras Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., conforme gráfico a seguir:

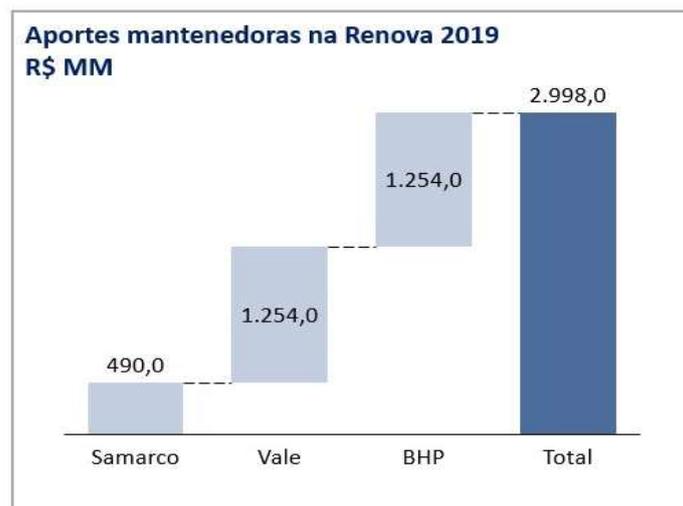


Gráfico 5 – Aportes na Fundação Renova 2019 – R\$ milhões

O fluxo mensal dos aportes está representado no gráfico abaixo:

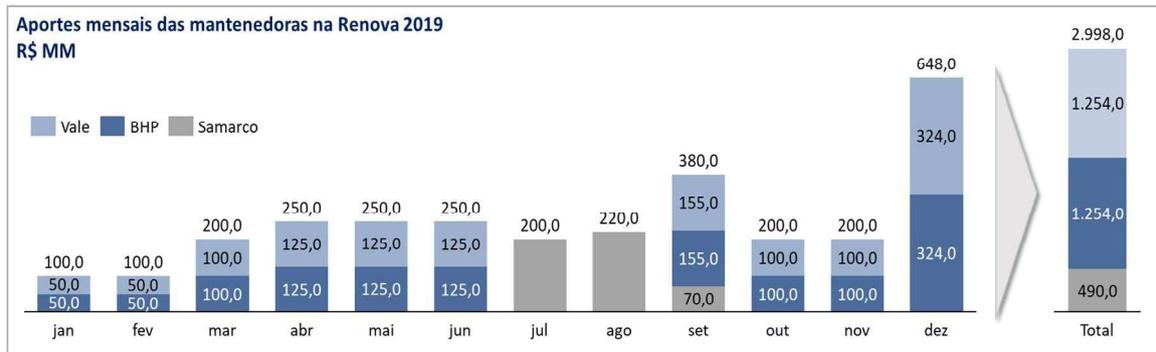


Gráfico 6 – Fluxo mensal de aportes 2019 – R\$ milhões

Adicionalmente aos aportes de R\$ 2.998,0 milhões na Fundação Renova, foram realizados R\$ 67,8 milhões pela Samarco em atividades dos programas durante 2019.

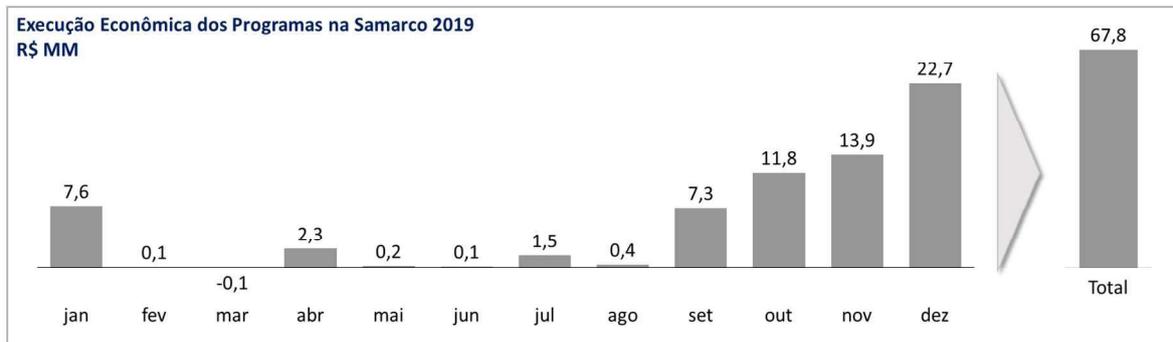


Gráfico 7 – Fluxo mensal Samarco 2019 – R\$ milhões

Considerando os valores realizados diretamente pela Samarco, o montante total para fins de aporte sobe a **R\$ 3.065,8 milhões** em 2019.

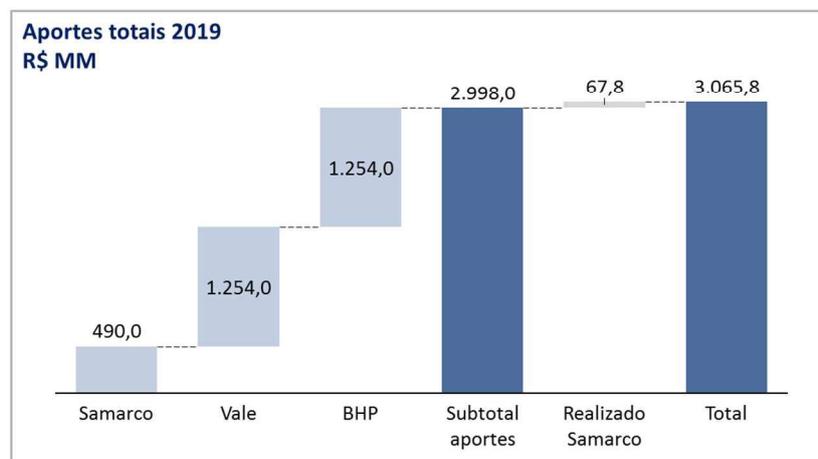


Gráfico 8 – Aportes na Renova e realizado Samarco 2019 – R\$ milhões

### Aportes para os programas compensatórios (cláusula 232)

Os aportes para programas compensatórios, em atendimento à cláusula 232, foram realizados integralmente em dezembro de 2019, devidamente corrigidos pelo IPCA, totalizando **R\$ 274,9 milhões**, conforme gráfico a abaixo:



Gráfico 9 – Aporte programas compensatórios 2019 – R\$ milhões

### Aportes para o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos (cláusula 170)

A Renova assumiu o compromisso de realizar os aportes remanescentes de R\$ 250 milhões para o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos, de cunho compensatório, conforme itens IV e V da cláusula 170, revisados e reprogramados para R\$ 125,0 milhões no primeiro semestre de 2019 e R\$ 125,0 milhões no segundo semestre do mesmo ano. Adicionalmente aos valores previstos na cláusula 170 do TTAC, foi emitida pelo CIF a deliberação 260, no fim de 2018, aprovando a destinação de recursos compensatórios adicionais de R\$ 17,0 milhões para o Condoeste, conforme destaque abaixo. A Renova realizou, também em dezembro de 2019, o aporte para atendimento dessa deliberação, utilizando os recursos compensatórios da cláusula 232.

O valor total de aporte para o programa de saneamento em 2019 foi de R\$ 304,6 milhões, sendo R\$ 250,0 milhões com base no TTAC, R\$ 17,0 milhões para atender à deliberação 260 e R\$ 37,6 milhões referentes à correção pelo IPCA.

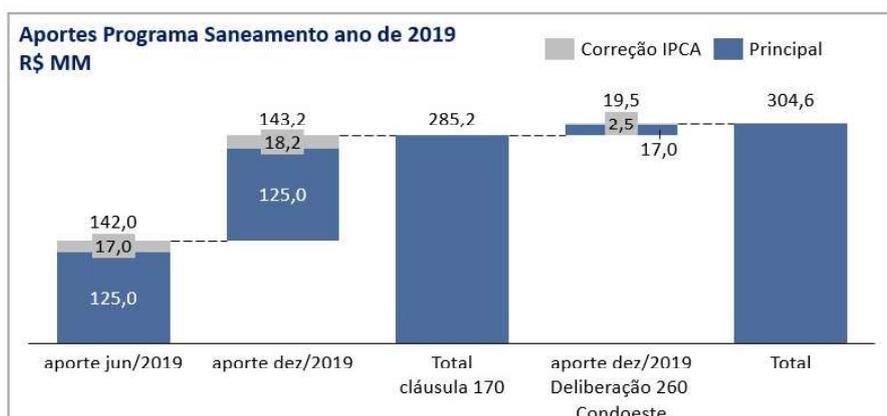


Gráfico 10 - Aportes para o PG31 - 2019

Com a efetivação dos depósitos mencionados, a Renova cumpriu integralmente os aportes previstos na cláusula 170 do TTAC e na deliberação 260 do CIF. Os valores de 2016 a 2019 totalizaram **R\$ 568,6 milhões**, sendo R\$ 500 milhões correspondentes à cláusula 170 do TTAC, R\$ 17,0 milhões

para atendimento da deliberação 260 e R\$ 51,6 milhões de correção pelo IPCA. Os recursos serão repassados aos municípios de acordo com a evolução dos projetos e obras.



Gráfico 11 - Aportes acumulados PG31 - 2019

### Destinação da dotação total de 2019

Para consolidação dos aportes de 2019, foram considerados os recursos transferidos pelas mantenedoras por meio de depósitos para a Fundação Renova e os valores contabilizados pela mantenedora Samarco, com o objetivo de cumprir ações de programas do TTAC, devidamente auditados. A seguir, apresenta-se o detalhamento da destinação dos valores aportados pelas mantenedoras e os valores realizados pela Samarco em programas, no total de **R\$ 3.065,8 milhões**.

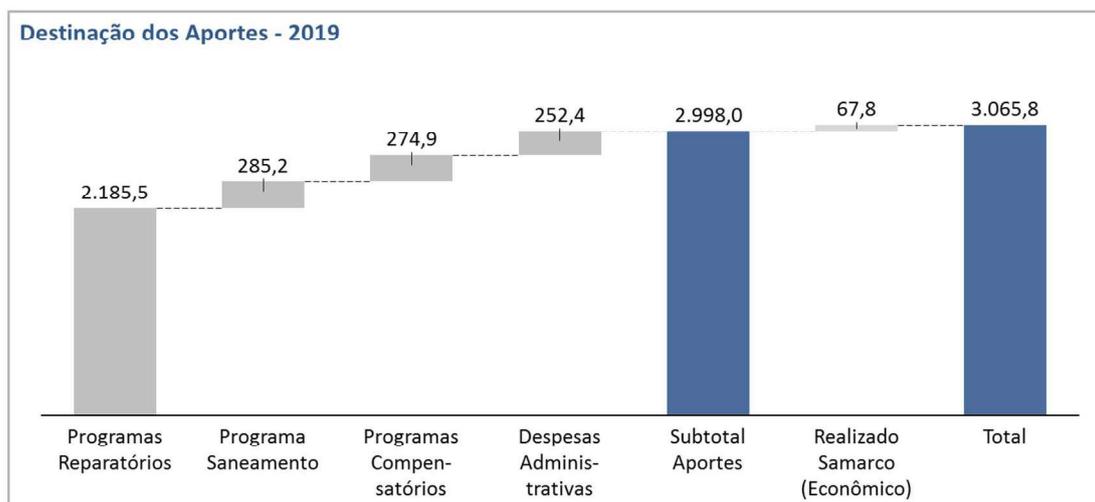


Gráfico 12 - Destinação dos aportes 2019 - R\$ milhões

Na visão acumulada, os aportes realizados diretamente na Fundação totalizaram R\$ **7,081 bilhões**, que, adicionados aos valores desembolsados pela Samarco no custeio de programas, somam **R\$ 8,867 bilhões**.



Gráfico 13 - Aportes acumulados – R\$ milhões

Além dos aportes efetuados para a Fundação Renova (R\$ 7.080,8 milhões) e dos valores realizados pela Samarco para execução de programas e projetos (R\$ 1.785,9 milhões), fazem parte do controle de aportes acumulados os valores bloqueados pela ACP 0400.15.004335-6 (ACP Mariana). O saldo atual bloqueado corresponde a R\$ 256,7 milhões, elevando a **R\$ 9.123,4 milhões** o total de aportes acumulados.

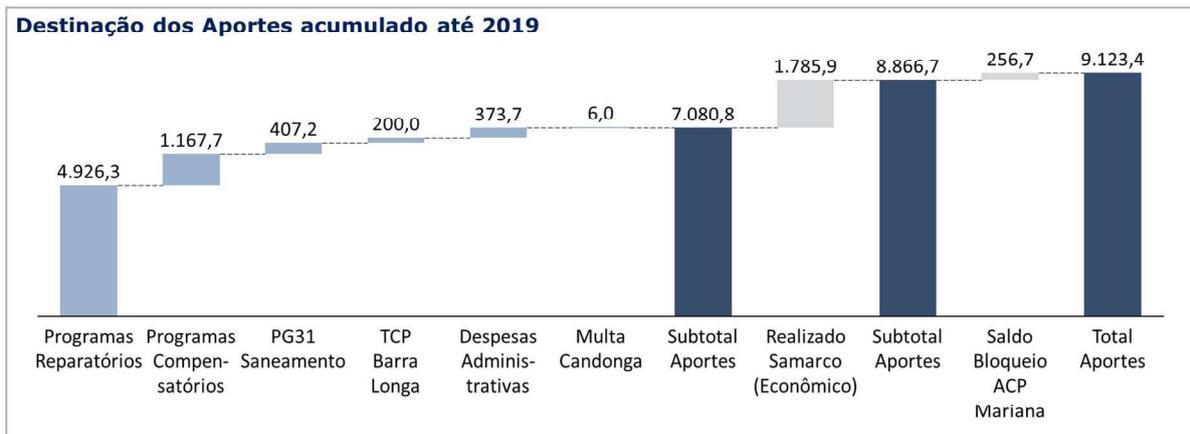


Gráfico 14 – Destinação dos Aportes Acumulado – R\$ milhões

Foram desbloqueados até dezembro de 2019, R\$ 43,3 milhões da ACP de Mariana, cujo valor inicialmente bloqueado era de R\$ 300,0 milhões.

### Posição do caixa

O total de recursos no caixa da Renova no fim de 2019 era de R\$ 1,152 bilhão, sendo R\$ 587,1 milhões referentes aos recursos para o PG 31 – Saneamento, R\$ 52,0 milhões de saldo da reserva criada em atendimento do TCP Barra Longa e o restante destinado às demais obrigações da Renova para programas e despesas administrativas.

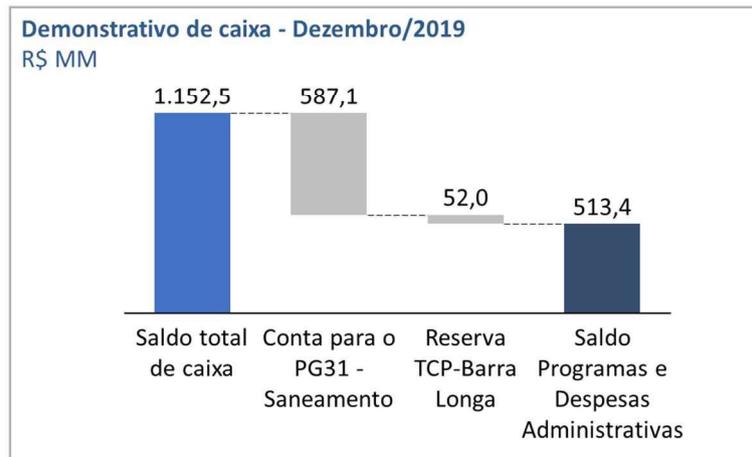


Gráfico 15 - Demonstrativo de caixa em dezembro de 2019

## Despesas de gestão

São tratadas como despesas de gestão todas aquelas relacionadas ao custeio da estrutura corporativa da Renova. O valor total realizado em 2019 foi de R\$ 292,1 milhões, sendo 53% (R\$ 153,6 milhões) direcionados a despesas finalísticas — estrutura voltada diretamente à execução dos programas — e o restante (R\$ 138,5 milhões), a despesas administrativas das áreas de suporte.



Gráfico 16 - Fluxo econômico de despesas de gestão - 2019

## Custeio do sistema de governança

Além das despesas para cumprimento das ações dos programas e despesas administrativas, a Renova é responsável pelo custeio das reuniões e despesas para viagens dos membros da governança do CIF, bem como de atingidos, atendendo ao estabelecido no TAC Governança. O valor realizado com o custeio do sistema de governança em 2019 soma R\$ 7,3 milhões, considerando: despesas com reuniões e viagens dos membros das câmaras técnicas (R\$ 5,5 milhões) e do Comitê Interfederativo (R\$ 875,7 mil) — totalizando R\$ 6,4 milhões; custos com o escritório da Comissão dos Atingidos em Mariana (R\$ 300,8 mil); e custeio da gerenciadora (R\$ 655,3 mil). Dentre as câmaras técnicas, o maior volume de recursos foi destinado à CT Saúde, que representou 29% do total realizado (R\$ 1,4 milhão), desconsiderando-se os custos com secretariado.

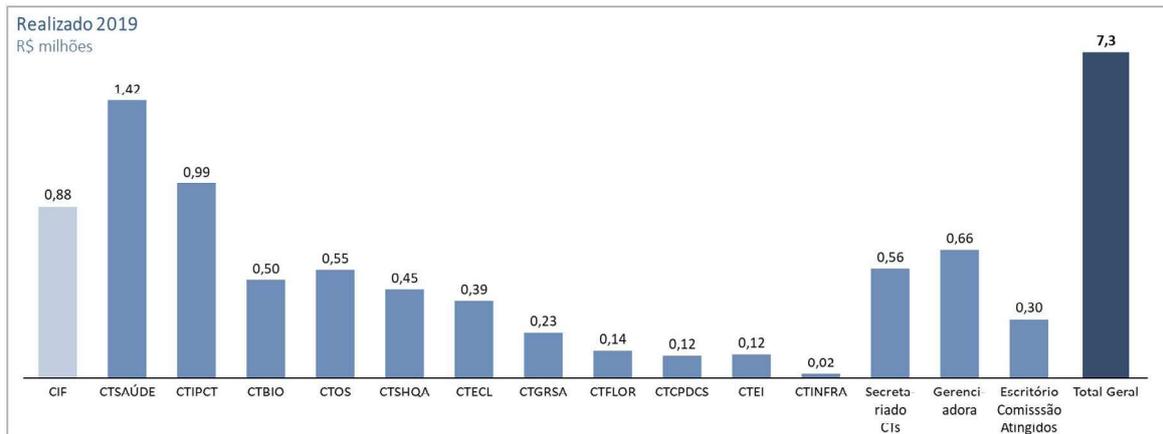


Gráfico 17 – Custos realizados no sistema de governança – 2019

O custeio do sistema de governança foi iniciado em agosto de 2018 e os valores realizados desde esse período totalizaram R\$ 8,6 milhões.

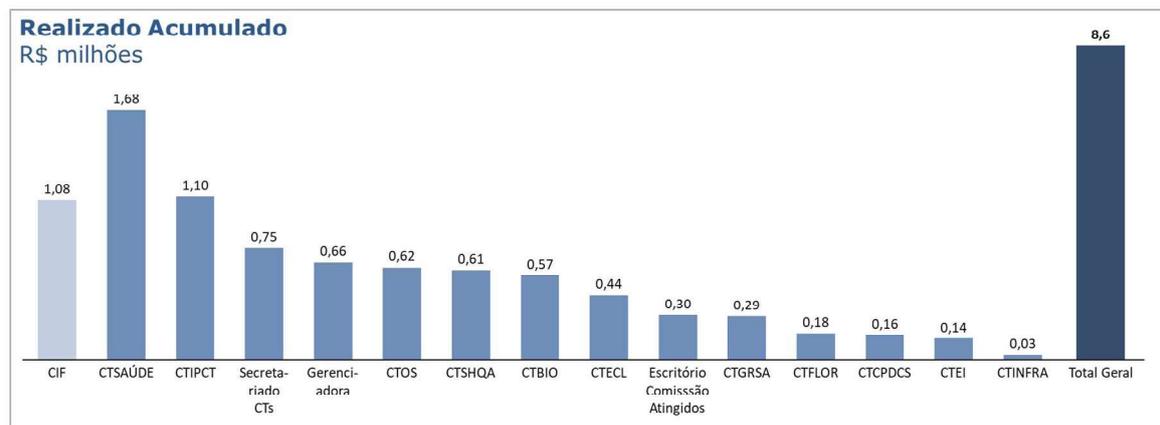


Gráfico 18 – Custos realizados no sistema de governança (acumulado)

### Valor econômico direto gerado e distribuído

As operações realizadas pela Fundação Renova em 2019 geraram R\$ 174,9 milhões em tributos municipais e federais.

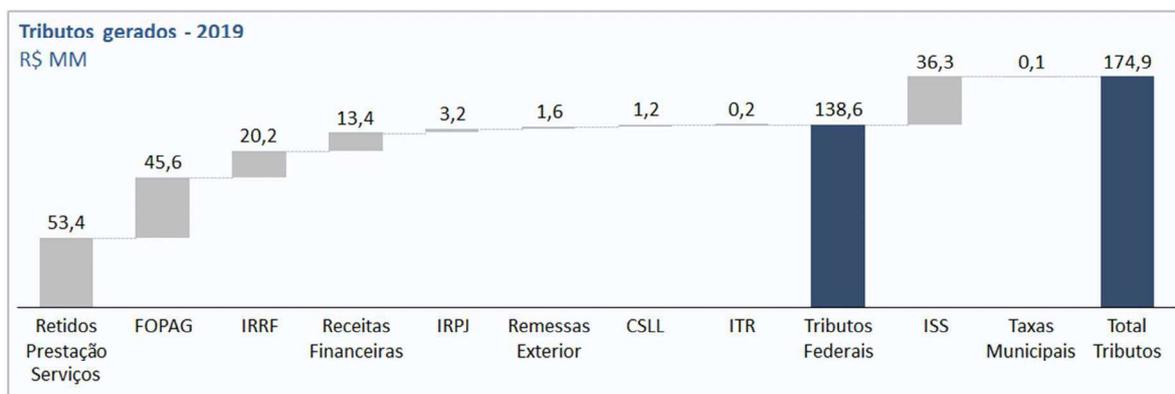


Gráfico 19 – Tributos gerados em 2019

Como decorrência da conclusão das atividades para regularização tributária, devido à mudança do enquadramento tributário da Fundação Renova, a carga tributária apurada para os impostos diretos foi de R\$ 120,5 milhões, compreendendo o período entre o início das operações da Renova em 2016 até 2019. Além dos valores destinados à revisão tributária, as operações realizadas pela organização geraram R\$ 300,2 milhões, entre tributos municipais e federais retidos de 2016 a 2019, totalizando um montante de R\$ 420,7 milhões.

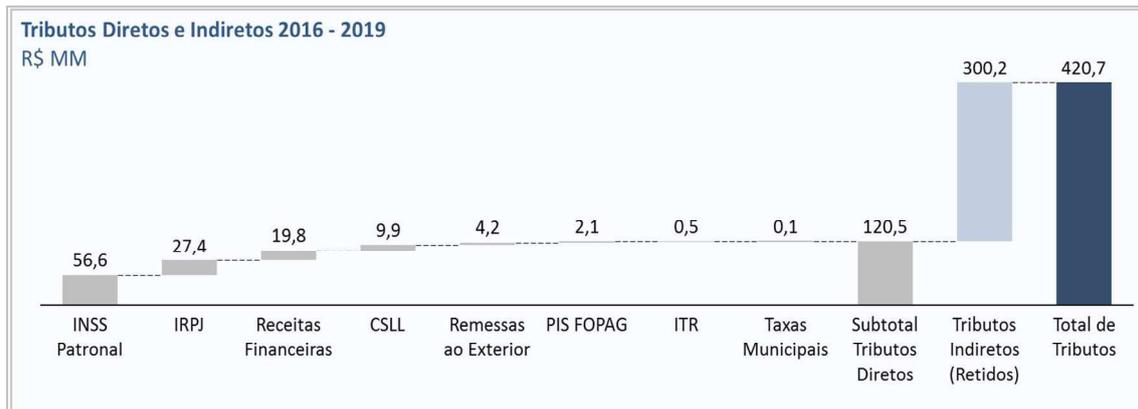


Gráfico 20 – Tributos diretos e indiretos 2016 – 2019

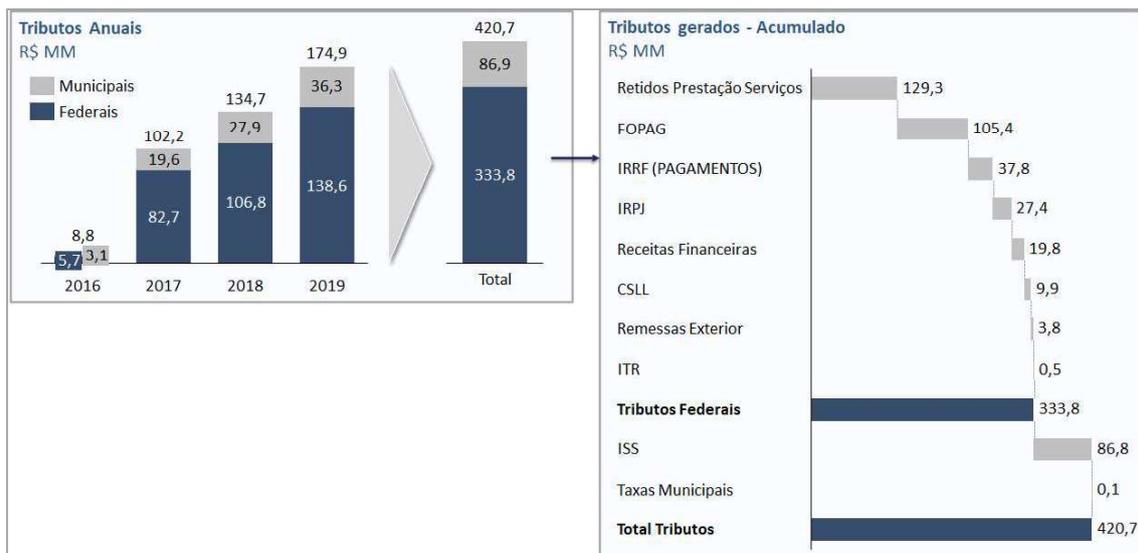


Gráfico 21 – Tributos gerados anuais

## Síntese

Foram investidos R\$ 7,84 bilhões nos programas, desde dezembro de 2015, em ações relacionadas aos impactos socioeconômicos e socioambientais procedentes do rompimento da barragem de Fundão, sendo R\$ 7,31 bilhões em ações reparatórias e R\$ 0,54 bilhão em ações compensatórias.

Somente em 2019, os recursos investidos em programas totalizaram R\$ 2,57 bilhões, R\$ 0,5 bilhão a mais do que em 2018. As despesas de gestão administrativa somaram R\$ 138,5 milhões em 2019, integrantes de um acumulado de R\$ 249,5 milhões. O custeio do sistema de governança requereu R\$ 7,3 milhões em 2019 e R\$ 8,6 milhões no acumulado. As indenizações pagas alcançaram R\$ 779,9 milhões em 2019 e R\$ 2,11 bilhões no acumulado, compreendendo danos

referentes a água (R\$ 273,7 milhões) e gerais (R\$ 646 milhões), além de auxílios financeiros (R\$ 1.188,2 milhões).

As mantenedoras depositaram diretamente na Fundação Renova R\$ 7,08 bilhões, sendo R\$ 2,99 bilhões em 2019.

A distribuição dos recursos reflete a materialidade e a complexidade dos programas, afeta e determina a geração de valor, além de fornecer subsídios para decisões relacionadas a investimentos futuros.

### **Perspectivas para 2020**

As ações de reparação na bacia do rio Doce devem fechar o ano de 2020 com R\$ 12,3 bilhões de recursos desembolsados, considerando-se aportes realizados desde o rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Desse total, R\$ 7,84 bilhões foram aplicados até dezembro de 2019, sendo que R\$ 2,11 bilhões se referem a pagamentos de indenizações e auxílios financeiros para cerca de 320 mil pessoas, em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Em 2020, o orçamento da Fundação Renova será de R\$ 4,68 bilhões, crescimento de 72% em relação ao ano anterior. Para as indenizações e auxílios financeiros, o volume de recursos previstos cresceu 50% frente a 2019, chegando a R\$ 1,5 bilhão.

O programa de reassentamentos vai receber R\$ 889,3 milhões, volume 138% maior em comparação com 2019. Mais da metade desse valor será destinada ao reassentamento de Bento Rodrigues (R\$ 467,3 milhões), que chegará ao fim de 2020 com 85% das obras concluídas.

No pico das obras do reassentamento, serão gerados em torno de 4 mil empregos. Para a comunidade de Bento Rodrigues, as casas estão em construção e a infraestrutura — como redes de água, esgoto e energia elétrica — encontra-se em fase avançada. A futura escola municipal e o posto de saúde e serviços já estão na etapa de alvenaria. A pavimentação da estrada que dá acesso ao terreno do reassentamento foi concluída em outubro de 2019, juntamente com a sinalização e a iluminação.

Para a comunidade de Paracatu de Baixo, as fundações das primeiras casas foram iniciadas e os projetos conceituais de moradias e arquitetônicos dos bens de uso coletivo, como escola e posto de saúde, estão sendo desenvolvidos, com participação das famílias. Em relação à comunidade de Gesteira, os moradores aprovaram um projeto conceitual para o reassentamento, o qual passará por análise técnica da Fundação Renova para dar início aos trâmites de implantação, com o protocolo das devidas licenças.

O valor previsto para Uso Sustentável da Terra (UST) em 2020 é de R\$ 224,9 milhões, com destaque para a continuidade das ações de retomada das atividades agropecuárias, incluindo obras de infraestrutura rurais complexas. Os recursos previstos para UST incluem os destinados à recuperação de nascentes e de APPs (Áreas de Preservação Permanente), que em 2020 alcançarão R\$ 81,3 milhões, um aumento de 177% em relação ao realizado no ano anterior, quando foram destinados R\$ 29,4 milhões para tais programas.

Em agosto de 2019, foi assinado um acordo entre a Fundação Renova e o Centro de Formação Francisca Veras, uma organização de Governador Valadares, formada por famílias assentadas e mediadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O acordo possibilitará a restauração

florestal de 180 hectares de Áreas de Preservação Permanente e de Recarga Hídrica (APP/ARH) em quatro assentamentos mineiros, situados em Santa Maria do Suaçuí, Periquito, Campanário e Jampruca. A parceria envolverá ações de mobilização, capacitação e cercamento das áreas alvos. A produção inicial esperada é de 285 mil mudas, dentre espécies florestais e agroflorestais, envolvendo 200 famílias. Trata-se de uma parceria-piloto para posterior expansão, em mais de 340 hectares.

Em 2020, serão destinados R\$ 357,9 milhões para as soluções de restabelecimento e monitoramento das condições socioambientais da bacia do Rio Doce (saneamento, biodiversidade, manejo de rejeitos, monitoramento da água).

Para ações na Usina de Candonga, serão destinados R\$ 290,1 milhões, os quais serão aplicados em obras necessárias ao retorno das operações.

A área socioeconômica terá R\$ 171,2 milhões, dos quais R\$ 101,1 milhões aplicados em ações ligadas à educação e cultura e R\$ 24 milhões direcionados à diversificação da economia e recuperação de negócios. Entre os itens de destaque estão a conclusão do georreferenciamento e a estruturação da área de Tecnologia da Informação para realização do Plano Diretor de Mariana, o lançamento do Fundo Compete no Espírito Santo, além de apoio financeiro e capacitação para organizações ligadas ao empreendedorismo.

Nas áreas de Saúde e Proteção Social, a previsão é aportar R\$ 49,6 milhões, com foco no apoio a políticas públicas (R\$ 19,1 milhões), além da entrega do Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Juventude (Capsij) de Mariana (item prometido na Carta de Mariana).

A Fundação Renova tem o compromisso de construir ações e soluções que proporcionem às comunidades condições para a retomada da atividade econômica de forma sustentável, diversificada e inclusiva. A entidade está empenhada também em transformar as ações previstas no TTAC em frentes indutoras de desenvolvimento, com iniciativas de curto, médio e longo prazos.

### **Covid-19**

A Fundação Renova, com o objetivo de proteger seus colaboradores e as comunidades e seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, em relação à pandemia do COVID-19, adotou medidas para redução da circulação das pessoas a partir de 16/03/2020. Colocou todos os colaboradores diretos trabalhando remotamente, suspendeu as atividades administrativas nos Escritórios CIM (Centros de Indenização Mediada) e CIA (Centros de Informação e Atendimento) e paralisou as atividades de campo relacionadas a obras e recuperação florestal, mantendo somente algumas ações emergenciais e essenciais.

Devido ao desconhecimento de outras medidas que serão tomadas pelo poder público, do prazo de duração desse período de isolamento social, da efetividade das ações tomadas para mitigar a disseminação da pandemia e outros fatores, o impacto nas suas atividades ainda está sendo avaliado pela Fundação Renova.

A seguir, são apresentadas as demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

### ATIVO

<b>Circulante</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e equivalente de caixa	3	28.698	23.017
Aplicações financeiras vinculadas	3	1.123.766	743.775
Contas a receber - Mantenedoras		-	69.050
Tributos a recuperar	4	16.170	195
Despesas antecipadas - Seguros		1.305	592
Adiantamento - Parcerias e acordos	5	122.171	35.117
Outros ativos	6	43.151	8.268
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.335.261</b>	<b>880.014</b>
<b>Não circulante</b>			
Bens destinados a terceiros	7	416.760	89.277
Valores a receber - Fundos Desenvolve Rio Doce	8	46.076	42.949
Depósito judicial	15	608	69
Imobilizado	9	17.541	14.978
Intangível	9	4.296	2.875
Ativo direito de uso	9	3.554	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>488.835</b>	<b>150.148</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.824.096</b>	<b>1.030.162</b>

### PASSIVO

<b>Circulante</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fornecedores	10	219.729	93.943
Salários, provisões e contribuições sociais	11	14.761	7.822
Tributos a recolher	12	19.420	87.046
Provisões diversas	13	166.349	155.186
Obrigações socioambientais e socioeconômicos	14	601.982	375.983
Contribuição despesas administrativas a apropriar	17	49.530	13.037
Passivo arrendamento	9	2.890	-
Outros passivos		20	36
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.074.681</b>	<b>733.053</b>
<b>Não circulante</b>			
Obrigações socioambientais e socioeconômicos	14	732.183	293.394
Contingências	15	3.322	162
Passivo de arrendamento	9	664	-
<b>Total do passivo</b>		<b>1.810.850</b>	<b>1.026.609</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	16	6.707.173	3.961.523
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	16	(6.707.173)	(3.961.523)
Superávit do exercício		13.246	3.553
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>13.246</b>	<b>3.553</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.824.096</b>	<b>1.030.162</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receitas			
Receita operacional - aportes	17	2.115.929	1.946.564
Receitas de contribuições	17	146.806	135.893
Receitas de serviços voluntários	17	1.047	2.302
<b>Total de receitas</b>		<b>2.263.782</b>	<b>2.084.759</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com programas	18	(2.115.929)	(1.946.564)
Gerais e administrativas	19	(140.606)	(113.204)
Serviço voluntário	19	(1.047)	(2.302)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(2.257.582)</b>	<b>(2.062.070)</b>
<b>Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>6.200</b>	<b>22.689</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	20	18.465	13.677
Despesas financeiras	20	(3.959)	(9.490)
Variações cambiais líquidas		(66)	(64)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>20.640</b>	<b>26.812</b>
Imposto de renda e contribuição social	12	(7.394)	(23.259)
<b>Superávit do exercício</b>		<b>13.246</b>	<b>3.553</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Superávit do exercício	13.246	3.553
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>13.246</b>	<b>3.553</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES  
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Patrimônio Social	Transferência	Superávit acumulado	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018</b>		<b>1.938.711</b>	<b>(1.938.711)</b>	<b>34.743</b>	<b>34.743</b>
Dotação das mantenedoras		2.022.812	-	-	2.022.812
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	16	-	(2.022.812)	(34.743)	(2.057.555)
Superávit do exercício		-	-	3.553	3.553
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>3.961.523</b>	<b>(3.961.523)</b>	<b>3.553</b>	<b>3.553</b>
Dotação das mantenedoras	16	2.745.650	-	-	2.745.650
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicos	16	-	(2.745.650)	(3.553)	(2.749.203)
Superávit do exercício		-	-	13.246	13.246
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>6.707.173</b>	<b>(6.707.173)</b>	<b>13.246</b>	<b>13.246</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2019	2018
Superávit do exercício		13.246	3.553
<b>Ajustes para reconciliar déficit do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	9	3.957	3.421
Atualização das obrigações socioambientais e socioeconômicos	14	28.387	25.598
		<b>45.590</b>	<b>32.572</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Conta a receber - Fundo Desenvolve Rio Doce	8	(3.127)	(2.690)
Conta a receber - Mantenedora		69.050	(69.050)
Depósitos Judiciais	15	(538)	(66)
Tributos a recuperar	4	(15.976)	2.051
Adiantamento - Parcerias e acordos	5	(87.054)	(35.117)
Outros ativos	6	(35.596)	(6.261)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	10	125.786	24.932
Salários, provisões e contribuições sociais	11	6.939	2.874
Impostos a recolher	12	(67.626)	78.867
Provisão para outros passivos	13	11.163	50.261
Obrigações socioambientais e socioeconômicos	14	632.848	86.263
Contribuição despesas administrativas a apropriar	17	36.493	1.358
Contingência	15	3.160	162
Outros passivos		(16)	(4)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>721.096</b>	<b>166.153</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Bens destinados a terceiros	7	(327.483)	(65.940)
Aquisição de imobilizado e intangível	9	(7.941)	(12.431)
Aplicações financeiras vinculadas – entradas	3	(544.628)	(240.000)
Aplicações financeiras vinculadas – rendimentos	3	(56.867)	(33.485)
Aplicações financeiras vinculadas – resgates	3	221.504	152.618
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(715.415)</b>	<b>(199.238)</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>5.681</b>	<b>(33.085)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	23.017	56.102
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	28.698	23.017
		<b>(5.681)</b>	<b>33.085</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Fundação Renova ("Fundação" ou "Entidade") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 24 de junho de 2016 e estabelecida na cidade de Belo Horizonte – MG, com sua sede na avenida Getúlio Vargas 671, 4º andar. A Fundação Renova possui como instituidoras e mantenedoras a Samarco Mineração S.A. (Samarco) - como Mantenedora Principal - Vale S.A. (Vale) e BHP Billiton Brasil Ltda. (em conjunto mantenedoras), que são responsáveis pela dotação dos recursos necessários para a realização das suas atividades.

Sua regência se dá pelo Estatuto e pela legislação que lhe é aplicável. Tem como objetivo exclusivo a gestão e execução das medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção da assistência social aos atingidos, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado em 02 de março de 2016 entre a Samarco, Vale, BHP Billiton Brasil Ltda. e diversos órgãos governamentais.

### **A Fundação Renova possui as seguintes inscrições e títulos:**

- Escritura pública de instituição registrada no Cartório do 2º Tabelionato de Notas da comarca de Belo Horizonte, livro 2800N, folhas 052 e 053, em 29 de junho de 2016;
- Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Belo Horizonte sob o nº 138160 em 05 de julho de 2016;
- CNPJ Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 25.135.507/0001-83.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Curador, em 16 de abril de 2020, tendo o Conselho Fiscal emitido seu parecer favorável em 08 de abril de 2020.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As cifras apresentadas nessas demonstrações financeiras estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

### **2.1 Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)" e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Fundação efetue julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

### **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

#### **Pronunciamentos emitidos e adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:**

##### **(i) IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil**

O IFRS 16/CPC06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, ou seja, com essa norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

A Renova adotou o IFRS 16/CPC06 a partir de 1º de janeiro de 2019, de forma simplificada, e, portanto, não apresentará as informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma.

A Entidade reconhecerá novos ativos ("ativo de direito de uso") para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis administrativos e operacionais. A natureza das despesas relacionadas a esses contratos de arrendamento mudará, uma vez que a Entidade passará a registrar custo com amortização referente ao ativo de direito de uso, e despesa de juros referente as obrigações de arrendamento.

O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) O valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos contratos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental (desconto) de 11,61%. aa - cotação junto ao Banco do Itaú BBA, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado com abordagem simplificada.

##### **(ii) IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda"**

IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração da Renova avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

## **2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis que afetam os valores divulgados dos ativos, passivos e despesas.

As estimativas e os julgamentos contábeis baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Fundação faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

### **2.2.1. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda for provável e puder ser razoavelmente estimada, conforme divulgado na nota 15.

### **2.2.2. Provisões diversas**

A Fundação adquire volumes significativos de serviços de terceiros para execução de suas atividades cujos serviços já foram prestados, mas ainda não faturados. Desta forma, a administração, com base em seus controles internos e medições, constituiu provisão para reconhecimento dessas obrigações no seu período de competência, conforme divulgado na nota 13.

### **2.2.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Fundação revisa os valores a receber com vistas à identificação de indicativos de perdas para quando necessário constituir provisão para os créditos de liquidação duvidosa. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual dos créditos considerando suas datas de vencimento.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, que é a moeda funcional e do principal ambiente econômico em que a Fundação Renova opera, gera e consome caixa e, que também é a sua moeda de apresentação.

### **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores a três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### **2.5 Instrumentos financeiros não derivativos**

#### **2.5.1. Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

##### **2.5.1.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentada pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

##### **2.5.1.2. Custo amortizado**

São ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem as contas a receber, os valores a receber do Fundo Desenvolve Rio Doce e outros créditos.

#### **2.5.2 Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se

torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

#### **2.5.2.1 Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros.

#### **2.5.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)**

A entidade avalia em cada data do balanço, se o risco de crédito de instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a entidade utiliza a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, refletindo no valor das perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a entidade compara o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em 2019 a perda identificada nestes ativos foi imaterial.

### **2.6 Bens não circulantes destinados a terceiros**

São os ativos classificados como bens destinados a terceiros, onde a Fundação Renova se compromete com um programa que tem um plano de aquisição para construção de ativos (ou conjunto de ativos) em que a transferência é considerada altamente provável. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

### **2.7 Imobilizado e Intangível**

O imobilizado e o intangível estão registrados ao custo de aquisição, doação, formação ou construção.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação e amortização são calculadas com base no método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxas detalhadas abaixo:

<b>Nome da Classe</b>	<b>Vida Útil</b>	<b>Taxa de Depreciação</b>
Benfeitorias em bens de terceiros	Variável	Tempo do contrato, sendo o prazo máximo de 3 anos.
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10% ao ano
Móveis e Utensílios	10 anos	10% ao ano
Equipamento Processamento de Dados	5 anos	20% ao ano
Sistemas – Software	5 anos	20% ao ano

## **2.8 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura ou do contrato correspondente.

## **2.9 Tributos a Pagar**

### **2.9.1 Imposto de renda e CSLL**

O Imposto de renda e CSLL são calculados de acordo com interpretações decorrentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável (nota 12). A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Entidade nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

### **2.10 Benefícios a empregados**

A Fundação Renova concede benefícios que envolvem seguro de vida, plano de previdência privada e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, que respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Renova.

### **2.11 Patrimônio líquido**

Constituído pela dotação de seus outorgantes instituidores (mantenedoras), conforme previsto na escritura pública de constituição da Fundação, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

## **2.12 Apuração do superávit (déficit)**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem receitas e despesas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes.

### **(a) Reconhecimento de receitas de contribuição**

Os aportes realizados pelas mantenedoras para custear as despesas administrativas são reconhecidos inicialmente no passivo no momento em que ocorre o efetivo recebimento dos valores e, posteriormente, são registrados como receitas quando ocorrem as despesas correspondentes.

### **(b) Reconhecimento de receitas e despesas de trabalhos voluntários**

Os serviços prestados pelas mantenedoras, Conselho Curador, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, foram reconhecidos quando efetivamente realizados e conforme requerido pela Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros" – ITG 2002 (R1).

Os valores foram mensurados pelo valor justo e registrados como se houvesse ocorrido um desembolso, ou seja, uma entrada e saída de recurso financeiro.

Tais valores foram contabilizados como receita e despesa no mesmo montante sem gerar alteração do déficit/superávit do exercício e do patrimônio líquido.

### **(c) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras mensuradas ao valor justo.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros moratórios, IOF e despesas bancárias. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

## **2.13 Gestão de risco financeiro**

### **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Entidade a expõem a riscos financeiros, sendo eles: risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Entidade, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho Curador e procedimento da Gerência.

### **(a) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito dos valores a receber do Fundo Rio Doce.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para as operações realizadas para fomentar as atividades locais (Fundo Desenvolve Rio Doce), a classificação de risco é realizada pela instituição financeira, responsável pela intermediação do recurso, através da sua área de análise de crédito que avalia a qualidade do crédito do atingido, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas das instituições financeiras. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Os recursos disponibilizados aos atingidos são liquidados nas instituições financeiras.

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Entidade estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- . valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce;
- . ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi imaterial.

#### **(b) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

As aplicações financeiras vinculadas a programas são transferidas para a Tesouraria. A Tesouraria investe em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

### **3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas**

Os valores recebidos pela Fundação Renova das mantenedoras (BHP Billiton Brasil Ltda., Vale e Samarco), e não utilizados imediatamente nas ações de reparação e compensação, foram aplicados em instituições financeiras nacionais de primeira linha, em produtos de renda fixa, como fundos, CDB's, compromissadas, LAM (Letra de arrendamento mercantil - operação pré fixada), considerando o nível de classificação de baixo risco, com liquidez diária, tendo como benchmarking o índice do CDI. As referidas aplicações financeiras são registradas ao valor justo, conforme atualização periódica informada pelas instituições financeiras.

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada a seguir:

	2019	2018
<b>Caixa e bancos</b>		
No país	355	79
<b>Aplicações financeiras</b>		
No país	28.343	22.938
	<b>28.698</b>	<b>23.017</b>

O saldo remanescente de caixa, será aplicado nos demais programas reparatórios e na manutenção da Fundação Renova (despesas administrativas).

### b) Aplicações financeiras vinculadas

Parte dos recursos aportados pelas mantenedoras tem destinação exclusiva e, portanto, são administrados de forma segregada. A tabela abaixo demonstra os detalhes do saldo das aplicações financeiras de tais recursos:

DESTINAÇÃO	NOTA	2019	2018
Programas compensatórios – cláusula 232 TTAC	(i)	484.671	347.536
Programas de saneamento e resíduos sólidos - PG31	(ii)	587.138	290.677
"Reserva TCP-Barra Longa"	(iii)	51.957	105.562
<b>Total</b>		<b>1.123.766</b>	<b>743.775</b>

- i. Recursos recebidos para os projetos de natureza compensatória, previstos na cláusula 232 do TTAC. No exercício de 2019 foram recebidos R\$240.000 corrigidos pelo IPCA, e desembolsados R\$123.974, o que resultou em um saldo acumulado dos programas no final do exercício de R\$ 484.671.
- ii. Em conta bancária segregada está a importância de R\$ 587.138 (2018 – R\$ 290.677), valor este destinado exclusivamente às ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais (redação TTAC), onde tais recursos deverão ser integralmente repassados aos municípios indicados pelo Comitê Interfederativo (CIF). Os repasses para os municípios iniciaram-se em 2019.
- iii. A Fundação Renova foi nomeada pelas mantenedoras para realizar a gestão dos valores da "Reserva TCP-Barra Longa", termo assinado por Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil Ltda. com o Ministério Público para criar uma reserva de R\$ 200.000 destinada às

reparações para população de Barra Longa e adjacências. O montante foi depositado em 2017 conforme negociado e encontram-se em aplicado em uma conta bancária específica. O saldo no final do exercício foi de R\$ 51.957, já corrigido pelo IPCA e o excedente dos valores aplicados em comparação com o IPCA foram transferidos para a conta de aplicações financeiras.

## 4. Tributos a recuperar

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		2019	2018
IRRF s/aplicação financeira e outros	(a)	8.689	36
IRPJ a recuperar	(b)	5.091	-
CSLL a recuperar	(c)	1.748	-
ISS a recuperar	(d)	657	629
(-) Provisão para perdas		(515)	(515)
INSS sobre folha a recuperar	(e)	319	-
Outros tributos a recuperar	(f)	181	45
		<b>16.170</b>	<b>195</b>

- a) Retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, realizadas a partir de março/2019, devido a mudança da condição tributária da entidade, de imunidade para isenção.
- b) IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica - recolhimento a maior realizado em 2019, referente as estimativas de apuração do imposto de renda, que será compensado pela Renova em 2020.
- c) CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido - recolhimento a maior realizado em 2019, referente as estimativas de imposto de renda, que será compensado pela Renova em 2020.
- d) ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza a recuperar - valores recolhidos a maior nos municípios em que a Renova executa projetos de reparação e compensação. Em 2018 a Fundação revisou o recolhimento de tal imposto para os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, relativo ao período de agosto de 2016 a março de 2018, em razão de serviços executados sobre o leito do Rio Doce que também é o limítrofe entre os dois municípios. O resultado deste trabalho gerou pedidos de restituição em ambas as localidades no montante total de R\$ 515. Considerando que o recebimento de tais montantes depende de decisão administrativa das prefeituras, a entidade constituiu provisão para perda.
- e) INSS sobre folha a recuperar - recolhimento a maior de INSS sobre folha de pagamento, que será compensado pela Renova em 2020.
- f) Outros tributos a recuperar - tributos retidos indevidamente de fornecedores, em geral prestadores de serviços, que será compensado pela Renova em 2020.

## 5. Adiantamentos - Parcerias e acordos

No ano de 2019 a Fundação Renova alavancou os contratos de parcerias e acordos, e repasses para outras instituições, com intuito de auxílio mútuo no desenvolvimento de atividades de pesquisa, novas tecnologias e execução de projetos no âmbito dos Programas do TTAC, com destaque para o Projeto de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da porção capixaba do Rio Doce, região marinha e costeira adjacente. Tais repasses foram realizados conforme cronograma de desembolsos previstos no contrato e mediante a prestação de contas da etapa anterior.

	2019	2018
Parceria para monitoramento da biodiversidade aquática – Estado do Espírito Santo	85.796	24.161
Recuperação florestal	8.951	-
Parceria para assistência técnica aos atingidos de Barra Longa e adjacências	5.775	5.775
Proteção social e reparação a saúde	4.924	-
Consultoria e assistência florestal de áreas degradadas	4.504	1.761
Engajamento dos jovens e fortalecimentos das lideranças comunitárias	3.620	-
Outras parcerias	8.601	3.420
	<b>122.171</b>	<b>35.117</b>

## 6. Outros ativos

Composto principalmente por valores de adiantamento a fornecedores no país, que tem como objetivo viabilizar a execução de obras de reassentamento nos municípios de Bento Rodrigues e Paracatu, e a prestação de serviços de apoio ao gerenciamento e fiscalização das mesmas, visando a implantação dos programas ao longo das áreas impactadas.

	2019	2018
Adiantamento a fornecedores no país	41.998	7.782
Outros ativos	1.153	486
	<b>43.151</b>	<b>8.268</b>

## 7. Bens destinados a terceiros

Desde 2016, a Fundação Renova iniciou os investimentos que compõe o programa de reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, conforme previsto TTAC, investimentos estes intensificados em 2018 especialmente devido ao início das obras do novo distrito de Bento Rodrigues. Em 2019, houve forte crescimento em projetos arquitetônicos, urbanísticos, civis e ambientais, o que representam o forte compromisso da Fundação Renova com a entrega das moradias aos impactados.

Estes dispêndios estão classificados no ativo de longo prazo, considerando que a conclusão do projeto está prevista para o ano 2021, ano em que todos os imóveis construídos e as instalações públicas nas novas vilas estarão totalmente entregues aos respectivos proprietários e, portanto, reconhecidos no resultado da Fundação.

Os valores que compõe esta rubrica estão demonstrados a seguir:

		<b>2019</b>	<b>2018</b>
Obras civis, topografia e sondagem	(a)	251.149	31.879
Gerenciamento e outros	(b)	58.966	3.803
Projetos de engenharia	(c)	41.842	17.763
Terrenos	(d)	41.434	22.352
Consultoria e estudos ambientais	(e)	17.771	9.350
Suporte, comunicação e diálogo	(f)	5.598	4.130
		<b>416.760</b>	<b>89.277</b>

- a) Gastos com as obras civis, terraplenagem, sondagens e serviços topográficos dos terrenos adquiridos
- b) Gastos gerenciamento das obras Bento Rodrigues, Paracatu para o funcionamento e manutenção dos projetos relacionados aos programas previstos no TTAC.
- c) Dispêndios relacionados a gastos com contratação de Engenharia, projetos conceituais e urbanísticos
- d) Aquisição de terrenos, regularização fundiária e vistoria para construção das moradias e infraestrutura do programa de reassentamento das comunidades.
- e) Consultorias e estudos ambientais necessários para suportar a fase de execução do projeto, assim como as ações para licenciamentos ambientais e outras providências
- f) Gastos com comunicação, publicidade, eventos, assim como todo o suporte ocorrido para apoiar as obras (alimentação, viagens, veículos, vigilância, TI, entre outros).

## **8. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fundo Desenvolve Rio Doce MG	27.321	32.138
Fundo Desenvolve Rio Doce ES	11.682	10.811
Fundo Compete Rio Doce MG	7.073	-
	<b>46.076</b>	<b>42.949</b>

Os Fundos Desenvolve Rio Doce e Compete Rio Doce foram criados a partir da parceria firmada entre a Fundação Renova, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para oferecer linhas de crédito a micro e pequenas empresas de 39 (trinta e nove) municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Para a constituição dos Fundos, a Fundação Renova disponibilizou a importância de R\$ 40.000. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo representava R\$ 46.076, dada condição superavitária de ambos os Fundos. Destes, R\$ 20.081 estão disponíveis no caixa dos Fundos e os outros R\$ 25.995 foram emprestados por um prazo predominante de 24 meses.

A administração avaliou o risco de perda dos recebíveis, na data de 31/12/2019, as quais não foram consideradas relevantes.

O Fundo Desenvolve Rio Doce foi lançado em outubro de 2017 e seu prazo de vigência é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período. A partir de novembro de 2017, o Fundo passou a receber os montantes emprestados.

O Fundo Compete Rio Doce foi lançado em fevereiro de 2019 e seu prazo de vigência é de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período. Trata-se de um fundo complementar ao Fundo Desenvolve Rio Doce que oferece orientação sobre a gestão por meio de consultoria especializada (crédito orientado). A partir de março de 2019, este Fundo passou a receber os montantes emprestados.

Ambos os Fundos são reembolsáveis, com taxas de juros competitivas, abaixo da média de mercado e prazos estendidos. As linhas de crédito podem ser destinadas para capital de giro e outras modalidades, inclusive investimento. Desde o início de ambos os Fundos até 31 de dezembro de 2019, foram realizados 1.411 financiamentos (não auditado) totalizando o valor liberado de R\$ 42.128.

## **9. Imobilizado e intangível**

A Fundação Renova iniciou suas atividades em agosto de 2016 em instalações de imóveis alugados, sendo efetuadas ao longo de 2017 a 2019 reformas nos escritórios localizados em Belo Horizonte, Mariana, Governador Valadares e Linhares.

Adicionalmente, em 2019, ocorreram investimentos na aquisição de moveis e utensílios, expansão e unificação dos escritórios administrativos, bem como aquisição dos softwares e equipamentos de informática, todos essenciais à execução das funções administrativas e dos programas finalísticos da Fundação Renova, previstos no TTAC.

### **a) Imobilizado**

A tabela abaixo apresenta a movimentação dos bens patrimoniais:

	Saldos em 2017	Adições	Depreciação e amortização	Saldos em 2018	Adições/Baixas	Depreciação e amortização	Saldos em 2019
Benfeitorias em bens de terceiros	3.216	869	(1.390)	2.695	638	(1.453)	1.880
Equipamentos processamento de dados	2.525	1.591	(584)	3.532	686	(868)	3.350
Máquinas e equipamentos	242	5.903	(879)	5.266	930	(754)	5.442
Imobilizado em andamento	1.124	286	-	1.410	2.694	-	4.104
Móveis e utensílios	622	466	(82)	1.006	821	(131)	1.696
Terrenos	-	1.069	-	1.069	-	-	1.069
<b>Total Imobilizado</b>	<b>7.729</b>	<b>10.184</b>	<b>(2.935)</b>	<b>14.978</b>	<b>5.769</b>	<b>(3.206)</b>	<b>17.541</b>

### b) Intangível

	Saldos em 2017	Adições	Depreciação e amortização	Saldos em 2018	Adições	Depreciação e amortização	Saldos em 2019
Sistemas software	1.114	2.254	(493)	2.875	2.172	(751)	4.296
<b>Total Intangível</b>	<b>1.114</b>	<b>2.254</b>	<b>(493)</b>	<b>2.875</b>	<b>2.172</b>	<b>(751)</b>	<b>4.296</b>

### c) Ativo direito de uso - Arrendamentos – IFRS16

	Saldo em 01/01/2019	Adições	Despesas financeiras	Valor presente	Depreciação	Saldo 31/12/2019
Ativos de direito de uso	4.650	3.221	(942)	6.929	(3.375)	3.554
<b>Total Arrendamento</b>	<b>4.650</b>	<b>3.221</b>	<b>(942)</b>	<b>6.929</b>	<b>(3.375)</b>	<b>3.554</b>

### d) Passivo – Arrendamentos – IFRS16

	Saldo 31/12/2019
Passivos de arrendamentos	
Circulante	2.890
Não circulante	664
<b>Total</b>	<b>3.554</b>

### e) Bens em comodato

A Fundação Renova recebeu, em 2016, como comodato de suas mantenedoras Samarco e Vale, bens para execução de suas atividades operacionais e administrativas. Em 2019 a Fundação Renova devolveu parcialmente alguns equipamentos de informática, móveis e

utensílios. Os demais itens em comodato permanecem na Fundação até a presente data, e são compostos basicamente por móveis, utensílios, equipamentos de informática e telecomunicação.

Adicionalmente em 2018 a Entidade recebeu em regime de comodato os seguintes terrenos:

- Vale – Fazenda Mina da Alegria (matrícula 10.034) e Fazenda Fábrica Nova (matrícula 17.189);
- Samarco – Fazenda Asa Branca (matrícula 15.313 - área 95,93ha);
- Grupo Aliança - Terreno (matrícula 1.553).

Os montantes reportados são os valores contábeis residuais destes bens nas empresas proprietárias.

Considerando a obrigação da Fundação Renova em devolver estes itens às mantenedoras, ao final do período contratado, os valores destes bens estão escriturados conforme a seguir:

<b>BENS EM COMODATO</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Terrenos	2.027	2.027
Móveis e utensílios	176	196
Equipamentos processamento de dados	7	57
<b>Subtotal</b>	<b>2.210</b>	<b>2.280</b>
<b>BENS EM COMODATO A DEVOLVER</b>		
Terrenos	(2.027)	(2.027)
Móveis e utensílios	(176)	(196)
Equipamentos processamento de dados	(7)	(57)
<b>Subtotal</b>	<b>(2.210)</b>	<b>(2.280)</b>

A Entidade, considerando a característica dos seus ativos, entendeu não haver indícios de *impairment* para os bens registrados.

## 10. Fornecedores

O saldo de Fornecedores é composto por valores a pagar a prestadores de serviços e aquisição de materiais. Em 31 de dezembro, representam a composição demonstrada abaixo:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Mercado interno	219.729	93.943
	<b>219.729</b>	<b>93.943</b>

## 11. Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

		2019	2018
Provisão de férias	(a)	10.672	6.699
INSS de empregados a recolher	(b)	2.869	275
FGTS a pagar	(c)	974	694
Salários a pagar		-	24
Outros	(d)	246	130
		<b>14.761</b>	<b>7.822</b>

- A provisão de férias é constituída proporcionalmente ao período trabalhado, considerando as determinações legais.
- Contribuição do empregado, devidamente retidos para repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- Contribuição mensal de 8% do salário do empregado, de obrigação do empregador, conforme legislação vigente.
- É composto principalmente por valores a pagar de PIS sobre folha e seguro de vida em grupo dos empregados permanentes da Entidade.

## 12. Tributos a recolher

A composição do saldo de tributos a recolher encontram-se abaixo:

		2019	2018
ISS - Imposto sobre serviços retidos	(a)	6.035	3.170
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	(a)	5.002	2.951
INSS - retido de fornecedores	(a)	4.900	2.018
Tributos federais retidos	(c)	3.077	2.163
IRPJ / CSLL	(b)	276	28.730
Tributos sobre receitas financeiras	(b)	130	6.656
Tributos sobre folha de pagamento	(b)	-	40.636
ITR e ISS remessas exteriores	(b)	-	722
		<b>19.420</b>	<b>87.046</b>

- Tributos retidos de fornecedores, em geral prestadores de serviços;
- Valores a pagar relacionados a tributos diretos oriundos das operações da Renova.
- Retenções dos tributos federais PIS, COFINS e CSLL, de acordo com a Lei 13.137/2015 de 19 de junho de 2015.

### Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Fundação Renova está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 15%, mais adicional 10% e alíquota de 9% da contribuição social sobre o lucro decorrente do resultado financeiro.

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	2019	2018
Saldo do início do exercício	4.111	23.259
Compensação IRRF	(2.021)	-
Estimativas Pagas	(2.090)	-
Saldo do final do exercício	-	23.259

	2019	2018
Superávit financeiro antes do IRPJ/CSLL	20.640	26.812
+ Adições a base de cálculo	4.479	-
Gratificações espontâneas	1.319	-
Provisão contingência cíveis	3.239	-
Provisão contingência ações trabalhistas	(79)	-
- Exclusões da base de cálculo	12.959	-
Multas fiscais	12.959	-
<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>12.160</b>	<b>26.812</b>
<b>IRPJ/CSLL</b>	<b>4.110</b>	<b>9.899</b>
<b>IRPJ/CSLL COMPETENCIA ANTERIORES</b>	<b>3.284</b>	<b>13.360</b>
<b>IRPJ/CSLL COMPETENCIA (RESULTADO)</b>	<b>7.394</b>	<b>23.259</b>

## 13. Provisões diversas

A Entidade adquire volumes significativos de serviços de terceiros para execução de suas atividades. Em 31 de dezembro, alguns de seus fornecedores, por razões diversas, não detinham todos os elementos para emissão de seus faturamentos, de serviços já prestados. Adicionalmente, a Entidade possui frentes de trabalho, em diversos municípios, para negociação de indenizações e auxílio financeiro (PIM – Programa de Indenização Mediada e AFE - Auxílio Financeiro Emergencial) por danos causados as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, gerando compromissos de valores a pagar. Desta forma, a administração, com base em seus controles internos e medições, constituiu provisão visando atender ao princípio da competência. O detalhamento de tais serviços encontra-se abaixo:

		2019	2018
Indenização - Lucros cessantes	(a)	95.592	-
Ressarcimento as Prefeituras	(b)	11.968	40.092
Indenização - PIM DANOS GERAIS	(c)	11.124	8.374
Consultoria	(d)	8.469	1.519
Obras civis	(e)	7.876	1.627
Auxílio financeiro emergencial - AFE	(f)	6.861	77.681
Serviços de engenharia	(g)	4.922	222
Indenização - PIM DANOS ÁGUA	(h)	4.488	5.710
Infraestrutura	(i)	-	11.689
Outros serviços contratados	(j)	15.049	8.272
		<b>166.349</b>	<b>155.186</b>

- a) Lucros Cessantes - Lucros Cessantes correspondem à renda que o atingido obtinha como resultado de sua atividade produtiva e que foi interrompida como consequência direta do rompimento da barragem de Fundão. A provisão refere-se aos valores de indenização por lucro cessante referentes ao período de duração do impacto no ano de 2019 e é devido aos atingidos que assinaram o acordo no Programa de Indenização Mediada (PIM) e permanecem impactados em suas atividades econômicas, ainda que parcialmente. Conforme deliberação emitida pelo CIF, o pagamento dos lucros cessantes deve ser feito no ano subsequente ao de sua competência.
- b) Ressarcimento às prefeituras - ressarcimento dos gastos extraordinários em razão do rompimento da Barragem de Fundão, acordados no CIF, que foram assumidos pela Fundação Renova junto aos municípios, conforme valores descritos nos ofícios e, que não foram pagos devido ao impasse na redação do termo de quitação.
- c) Indenização - PIM Danos Gerais: considera as pessoas que perderam sua renda ou bens materiais como veículos, imóveis residenciais e comerciais, propriedades rurais, entre outros. Para ser indenizado, é preciso ter passado, obrigatoriamente, pelo cadastro integrado, que está sendo feito nas regiões impactadas, e comprovar o dano sofrido. A provisão refere-se a acordos assinados, porém ainda não liquidados.
- d) Serviços de consultoria técnica independente de segurança para recuperação do reservatório de Candonga, Fazenda floresta, recuperação da UHE Risoleta Neves, programa de manejo de rejeito, programa de adução e captação de água e interfaces dos demais programas ao longo da calha do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, visando atender as demandas de auditoria (Ação Civil Pública).

- e) Obras civis: serviços de construção e manutenção de cercas nas propriedades e estradas, reconstrução das propriedades e infraestrutura da região de Barra Longa, pavimentação asfáltica, bioengenharia para recuperação ambiental, serviços de barramento na UHE de Risoleta Neves, serviços de engenharia e construção do campo de futebol, serviço de monitoramento e aluguel de radar, serviço de transporte de enrocamento e dique Intermediário e Principal Setor 11, Obras de contenção em cortinas de estaca prancha no Novo Bento Rodrigues em Mariana-MG.
- f) Auxílio financeiro emergencial - AFE - Prestar auxílio financeiro emergencial à população impactada que tenha tido comprometimento de sua renda em razão de interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento, até o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas. A provisão refere-se a atingidos elegíveis, com acordos assinado no PIM, porém que ainda não recebem o benefício da Renova.
- g) Serviços de execução de obras de barramento do Rio Pequeno, no município de Linhares - Es e implantação de rede de adução de água bruta na cidade de Governador Valadares.
- h) Indenização - PIM Danos de Água: destinada a todas as pessoas que moravam nas cidades/distritos em que a distribuição de água potável ficou suspensa por mais de 24 horas seguidas, em novembro de 2015. A provisão refere-se a acordos assinados, porém ainda não liquidados, em geral, devido à necessidade de homologação judicial.
- i) Serviços de infraestrutura de terraplenagem, drenagens, pavimentação e obras complementares, referente a implantação do Projeto Fazenda Floresta para disposição de rejeitos, recuperação do acesso da margem esquerda à UHE Candonga através de intervenções nos pontos P2 e obras de dragagem no reservatório da UHE Risoleta Neves (UHE Candonga).
- j) Outros serviços contratados - outras despesas de menor relevância, como: serviço de locação de caminhões pipa com motorista para fornecimento de água bruta e potável, locação de equipamentos, consultoria jurídica, serviços de comunicação, identificação de áreas para irrigação, limpeza de propriedades rurais, assistência aos animais, melhorias de TI - Licenciamento Software, seguro, monitoramento da fauna e água, locação de veículos, estudos de impactos ambientais, conservação civil, agenciamento de viagens, entre outros.

## 14. Obrigações socioambientais e socioeconômicas

As obrigações socioambientais e socioeconômicas compreendem a dotação recebida das mantenedoras e destinadas às despesas finalísticas com os programas definido no TTAC, assim logo que recebidas as dotações são transferidas para o passivo. A composição do saldo de tais obrigações socioambientais e socioeconômicas encontra-se detalhada abaixo:

	Saldo em 2018	Aportes (nota 16)	Novas Entradas	Baixa (nota 17)	Transferência	Atualização Fundo Desenvolve Rio Doce (nota 8)	Atualizaçã o IPCA (nota 20)	Saldo em 2019
Programas reparatórios	(166.526)	2.185.549	-	(1.991.123)	96.723	-	840	125.463
Programas reparatórios - Barra longa	40.000	-	-	-	6.613	-	1.297	47.910
Programas compensatórios	416.353	274.948	-	(118.688)	(273.187)	3.127	11.930	314.483
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	81.638	285.153	-	(5.449)	(254.145)	-	3.080	110.277
Programas compensatórios – Recurso da multa da UHE Candonga	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa Compensatório - Equipamentos monitoramento da Água do Rio Doce	4.518	-	-	(669)	-	-	-	3.849
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>375.983</b>	<b>2.745.650</b>	<b>-</b>	<b>(2.115.929)</b>	<b>(423.996)</b>	<b>3.127</b>	<b>17.147</b>	<b>601.982</b>
Programas reparatórios - Barra longa	63.299	-	-	-	(65.040)	-	1.741	-
Programas Compensatórios	-	-	-	-	253.711	-	1.294	255.005
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	195.352	-	-	-	273.621	-	8.205	477.178
Resultados de exercícios anteriores a aplicar em Programas	34.743	-	3.553	-	(38.296)	-	-	-
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>293.394</b>	<b>-</b>	<b>3.553</b>	<b>-</b>	<b>423.996</b>	<b>-</b>	<b>11.240</b>	<b>732.183</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>669.377</b>	<b>2.745.650</b>	<b>3.553</b>	<b>(2.115.929)</b>	<b>-</b>	<b>3.127</b>	<b>28.387</b>	<b>1.334.165</b>

## 15. Contingências

A Fundação Renova é parte em ações judiciais oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas, além das ações coletivas que discutem termos e cumprimento das cláusulas do TTAC. As ações destacadas com a possibilidade provável de perda se referem às (i) demandas trabalhistas de funcionários próprios e terceirizados, cujas decisões proferidas até em segunda instância são desfavoráveis à Fundação e (ii) ações cíveis que pleiteiam a inclusão dos autores nos programas de auxílio financeiro emergencial ou indenização mediada. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as contingências consideradas com probabilidade de perda provável no montante de R\$3.322, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2018	Adições	Reversões	31/12/2019
Provisão contingência Ações Cíveis	21	3.239	-	3.259
Provisão contingência Ações Trabalhistas	142	-	(79)	63
<b>Subtotal Contingências</b>	<b>162</b>	<b>3.239</b>	<b>(79)</b>	<b>3.322</b>
(-) Deposito Judiciais	<b>69</b>	556	(18)	<b>608</b>

Abaixo seguem os objetos das ações judiciais e os valores das causas atribuídos pelos Autores/Requerentes, das ações consideradas com probabilidade de perda possível, que não foi constituída provisão, atualizados até os exercícios findos em 31 de dezembro:

**Ações coletivas cíveis ajuizadas contra a Fundação Renova:**

<b>Descrição</b>	<b>Posição</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<p><i>Processo nº 1007657-27.2018.4.01.3800(antigo 5007288-91.2016.8.13.0105) ACP nº 1007657-27.2018.4.01.3800 - numeração da Justiça Federal) - Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público em Minas Gerais (MPMG) contra a Fundação Renova e em trâmite perante a 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, solicitando (i) declaração de nulidade de certas passagens e cláusulas dos termos de liberação utilizados na Programa de Indenização Mediada (PIM); (ii) garantia de que o PIM procederá ao pagamento de, em contrato de locação, R\$ 1.000 por pessoa afetada e R\$ 1.100 por pessoa vulnerável, e (iii) imposição de multa punitiva para cada acordo firmado em desrespeito ou violação do acima pedidos solicitados, além de R\$ 300.000 mil no caso de interrupção de indenizações aos valores mínimos solicitados.</i></p>	<p>A ACP ajuizada pleiteia o cumprimento de obrigação de fazer pela Fundação Renova, e todas as obrigações foram ou estão sendo cumpridas pelo programa de indenização.</p> <p>O valor da causa não reflete a possibilidade de pagamento pela Fundação além do que está sendo pago e o pedido de pagamento de 300MM é apenas se houver a interrupção dos valores mínimos que já estão sendo pagos.</p> <p>Não há data definida para uma decisão final. O valor de provisão somente poderá ser definido após a sentença.</p>	438.608	392.381
<p><i>Processo nº 0038496-04.2016.8.08.0014 - Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), e em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Colatina/ES, com proposta de: (i) declaração de nulidade de determinadas passagens e cláusulas do prazo de liberação utilizado o Programa de Indenização Mediada (PIM); (ii) garantia de que o PIM procederá ao pagamento de, pelo menos, R\$ 1.000 por pessoa afetada e R\$ 1.100 por pessoa vulnerável, e (iii) imposição de multa punitiva para cada acordo assinado em não conformidade ou repetido descumprimento dos pedidos solicitados acima, além de R\$ 300.000 mil no caso de interrupção de indenizações aos valores mínimos solicitados.</i></p>	<p>A ACP ajuizada pleiteia o cumprimento de obrigação de fazer pela Fundação Renova, e todas as obrigações foram ou estão sendo cumpridas pelo programa de indenização.</p> <p>O valor da causa não reflete a possibilidade de pagamento pela Fundação além do que está sendo pago e o pedido de pagamento de 300MM é apenas se houver a interrupção dos valores mínimos que já estão sendo pagos.</p> <p>Não há data definida para uma decisão final. O valor de provisão somente poderá ser definido após a sentença.</p>	435.379	390.301
<p><i>Processo nº 1007135-34.2017.4.01.3800 (antigo nº 0011821-36.2017.4.02.5004) - Ação Civil Pública movida pelo Espírito Santo e a Defensoria Pública Federal contra a Samarco Mineração SA, Fundação Renova e o Governo Federal e em trâmite perante a 12ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Belo Horizonte/MG, requerendo declaração de nulidade de determinadas passagens e cláusulas do termo de liberação utilizado no Programa de Indenização Mediada (PIM).</i></p>	<p>A ACP ajuizada pleiteia o cumprimento de obrigação de fazer pela Fundação Renova, e todas as obrigações foram ou estão sendo cumpridas pelo programa de indenização.</p> <p>O valor da causa não reflete a possibilidade de pagamento pela Fundação além do que está sendo pago.</p> <p>Não há data definida para uma decisão final. O valor de provisão somente poderá ser definido após a sentença.</p>	26.877	23.839

<b>Descrição</b>	<b>Posição</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<p><i>Processo nº 1006500-53.2017.4.01.3800 - Trata-se de Ação Civil Pública proposta por DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS em face de FUNDAÇÃO RENOVA e em trâmite perante a 12ª Vara Federal, com pedido de: (i) declaração da cláusula de quitação ampla, geral e irrestrita prevista no Programa de Indenização Mediada (PIM) da Fundação Renova; (ii) obrigação de fazer consistente em adotar cláusula de quitação específica nos acordos celebrados no âmbito do PIM; (iii) declaração de nulidade de todos os acordos celebrados e (iv) indenização por dano moral coletivo ou social e a título de danos individuais.</i></p>	<p>A ACP ajuizada pleiteia o cumprimento de obrigação de fazer pela Fundação Renova, e todas as obrigações foram ou estão sendo cumpridas pelo programa de indenização.</p> <p>O valor da causa não reflete a possibilidade de pagamento pela Fundação além do que está sendo pago.</p> <p>Em 20/11/2018, proferida decisão determinando a suspensão do processo até ulterior deliberação judicial em razão da conexão dos pedidos constantes dessa ação com as Ações Cíveis Públicas nº 23863-07.2016.4.01.3800 e nº 69758-61.2015.4.01.3400.</p>	4.441	3.884
<p><i>Trata-se de Ações Cíveis Públicas ajuizadas pelos Municípios de Aimorés, Aracruz, Colatina, Governador Valadares, Mariana, Ponte Nova, Periquito, Raul Soares, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, São Domingos do Prata, Tumiritinga, com pedido de tutela de urgência com o objetivo de que seja pago imediatamente a quantia devida a título de gastos extraordinários, sem que haja no termo de acordo uma cláusula de quitação.</i></p>	<p>A Fundação Renova efetuou o pagamento dos ressarcimentos devidos aos Municípios no ano de 2019, restante apenas a obrigação relativa ao Município de Mariana – MG.</p>	6.603	21.448
<p><i>Ação Civil Pública nº 0000558-28.2018.8.08.0006 ajuizada pela Associação Comunitária de Barra do Riacho em face da Samarco Mineração S.A., Fundação, Synergia e Município de Aracruz visando e em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública de Aracruz/ES, em síntese, a condenação das Requeridas à (i) divulgação de informações sobre a proibição de realização de quaisquer atividades que envolvam o uso da praia na região, (ii) pagamento de indenização por danos materiais aos pescadores e proprietários de embarcações em razão dos prejuízos decorrentes do Acidente, (iii) fornecimento de uma cesta básica por impactado, (iv) a apresentação de um plano de ação de recuperação da comunidade atingida e (v) monitoramento da qualidade da água da região.</i></p>	<p>A ACP ajuizada pleiteia o cumprimento de obrigação de fazer pela Fundação Renova, e todas as obrigações foram ou estão sendo cumpridas pelos programas administrados pela Fundação.</p> <p>A Fundação apresentou contestação ressaltando que os pedidos formulados já estão sendo tratados extrajudicialmente.</p> <p>Não houve qualquer decisão de mérito até o momento.</p>	1.542.263	1.362.817
		<b>2.454.171</b>	<b>2.194.670</b>

**Ações individuais cíveis ajuizadas contra a Fundação Renova:**

<b>Descrição</b>	<b>Posição</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<p>Tratam-se de ações com objetos similares, ajuizadas contra a Fundação Renova, nas quais os Autores requerem, basicamente, indenização por danos materiais e danos morais em razão da (i) interrupção no abastecimento da água nas cidades atingidas; (ii) falta de pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial; (iii) ressarcimento em razão da perda de bens ou equipamentos; (iv) lucros cessantes; (v) falta de recebimento da parcela indenizatória no âmbito do PIM – Programa de Indenização Mediada; (vi) indenização pelo deslocamento físico ou danos causados pela cheia da Lagoa Juparanã em Linhares.</p>	<p>A alteração do valor estimado se refere ao aumento expressivo do ajuizamento de ações individuais ajuizadas contra a Fundação Renova.</p> <p>No fechamento do ano de 2018, estavam contabilizadas 106 ações cíveis e em 2019, o número subiu para 875. Os valores provisionados como riscos só podem ser validados após decisão judicial.</p> <p>Nenhum dos processos teve decisões judiciais definitivas em 31 de dezembro de 2019. A Fundação Renova celebrou acordos nas demandas judiciais nas quais foi comprovado o mérito dos pedidos.</p>	4.759.873	48.088
<p><i>Processo nº 1008474-91.2018.4.01.3800 (antigo nº 5007744-41.2016.8.13.0105) - Ação Indenizatória ajuizada pelo SAAE – GV (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) em face da Samarco, Vale, BHP Billiton Brasil Ltda. e Fundação Renova, requerendo a restituição dos valores gastos com tratamento de água, da lama retirada, além do desassoreamento e prejuízos com a baixa arrecadação, com pedido de tutela provisória.</i></p>	<p>Não há qualquer decisão proferida até o momento. Aguarda decisão em 1ª instância.</p>	178	150
		<b>4.760.051</b>	<b>48.238</b>

**Ações trabalhistas ajuizadas contra a Fundação Renova com prognóstico de perda Possível:**

<b>Descrição</b>	<b>Posição</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<p>Trata-se de 136 ações trabalhistas com objetos e pedidos diversos, ajuizadas contra uma empresa contratada (prestador de serviços contratado pela Fundação) contra a Fundação Renova e/ou Samarco Mineração S.A, com pedidos de responsabilização solidária e/ou subsidiária pelo pagamento. Apenas 4 (quatro) casos se referem a empregados próprios da Fundação.</p>	<p>A alteração do valor estimado se refere ao aumento expressivo do ajuizamento de ações contra a Fundação Renova.</p> <p>No fechamento do ano de 2018, estavam contabilizadas 29 ações cíveis e em 2019, o número subiu para 136.</p>	34.044	3.418

## 16. Patrimônio Líquido

A Escritura Pública de instituição da Fundação Renova descreve que a dotação de bens, a que se refere o artigo 62 do Código Civil, necessária para atender ao objeto da Fundação Renova (Nota 1) corresponderá à soma das parcelas da dotação em dinheiro até o ano de 2019, bem

como as parcelas posteriormente indicadas pelo conselho curador como necessárias para o cumprimento dos projetos a partir do ano 2020.

As parcelas da dotação efetuadas pelas mantenedoras são reconhecidas, inicialmente, no Patrimônio Líquido e transferidas para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas no passivo, uma vez que toda dotação recebida das mantenedoras, no contexto do TTAC, é destinada exclusivamente às despesas finalísticas com os programas socioeconômicos e socioambientais. À medida que a Fundação Renova desembolsa os recursos para cobrir os gastos, os passivos são amortizados e as receitas dos programas são reconhecidas.

Conforme definido no TTAC, as empresas, Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil Ltda., proveram recursos para a Fundação com contribuições, conforme abaixo:

#### Valores aportados ao Patrimônio Social

Descrição	Saldo 2017	Aporte	Saldo 2018	Aporte	Saldo 2019
Samarco Mineração S. A.	229.411	-	229.411	455.266	684.677
Vale S.A.	854.650	1.011.406	1.866.056	1.145.192	3.011.248
BHP Billiton Brasil Ltda.	854.650	1.011.406	1.866.056	1.145.192	3.011.248
<b>Patrimônio Social</b>	<b>1.938.711</b>	<b>2.022.812</b>	<b>3.961.523</b>	<b>2.745.650</b>	<b>6.707.173</b>

#### Valores aportados ao resultado

Aporte para despesas administrativas	53.116	68.200	121.316	252.350	373.666
<b>Subtotal</b>	<b>53.116</b>	<b>68.200</b>	<b>121.316</b>	<b>252.350</b>	<b>373.666</b>
<b>Total de aportes</b>	<b>1.991.827</b>	<b>2.091.012</b>	<b>4.082.839</b>	<b>2.998.000</b>	<b>7.080.839</b>

- Para cumprimento do programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos (programa 31 do TTAC), de cunho compensatório, foi realizado um aporte na Fundação Renova no montante de R\$ 250.000, conforme itens IV e V da cláusula 170, sendo R\$ 125.000 no 1º semestre de 2019 e R\$ 125.000 no 2º semestre de 2019.

Para os anos subsequentes as mantenedoras proverão os recursos seguindo o declarado na escritura pública, conforme segue:

- De 2020 a 2021, as contribuições anuais à Fundação Renova serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, conforme TTAC. Os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$ 800.000 a R\$ 1.600.000. De 2022 em diante os valores a serem aportados na Fundação serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período, para os programas reparatórios.

- A partir da assinatura do TTAC, a Fundação alocará um montante anual de R\$240.000, por um período de 15 anos, para a execução de projetos de compensação. Esses montantes anuais já estão incluídos nos valores contidos das contribuições informadas para os seis primeiros anos (2016 – 2021). Adicionalmente, uma contribuição de R\$ 500.000 foi destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos nos municípios ao longo do Rio Doce, nos anos de 2016, 2017 e 2018, nos montantes de R\$ 50.000, R\$200.000 e R\$ 250.000, respectivamente.

A reconciliação dos aportes previstos no TTAC ocorre através dos aportes registrados na Fundação somados aos aportes realizados diretamente pelas mantenedoras, conforme conciliação a seguir:

Descrição	Saldo 2017	Aporte	Saldo 2018	Aporte	Saldo 2019
Aportes na Fundação Renova	1.991.827	2.091.012	4.082.839	2.998.000	7.080.839
Samarco Programas - TTAC	1.698.335	19.350	1.717.685	67.800	1.785.485
Ação Civil Pública - ACP Mariana	275.038		267.807	-	256.712
<b>Aporte Total</b>	<b>3.965.200</b>	<b>2.110.362</b>	<b>6.068.331</b>	<b>3.065.800</b>	<b>9.123.036</b>

## 17. Receitas

A Entidade tem como fonte de recursos os aportes realizados por suas mantenedoras, assim como também reconhece os serviços voluntários ofertados por elas e seus Conselheiros. Os valores realizados em 2019 estão demonstrados abaixo:

		2019	2018
Receita operacional - aporte	(a)	2.115.929	1.946.564
Receitas de contribuições	(b)	146.806	135.893
Receitas de serviços voluntários - Conselheiros	(c)	963	1.399
Receitas de serviços voluntários - Cedidos	(d)	84	602
Receitas de serviços voluntários - Compartilhados	(e)	-	301
		<b>2.263.782</b>	<b>2.084.759</b>

- Aporte recebido das mantenedoras para aplicação nos programas geridos pela Fundação Renova.
- Aportes recebidos das mantenedoras para custear as despesas administrativas, alocados no passivo e posteriormente quando da apuração dessas despesas, os valores, são apropriados no resultado, como receita de contribuições.
- Referem-se às horas doadas pelos conselheiros que compõem os 3 conselhos da Fundação, são eles: Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. Estes prestam serviços de forma voluntária e gratuita. Os valores destes serviços foram

calculados considerando as horas dedicadas pelos conselheiros ao longo do ano de 2019, multiplicado pela taxa horária de cada um. Este cálculo resultou em 5.606 horas de dedicação ao longo de 2019 pelos conselheiros. Sendo que o Conselho Curador disponibilizou 2.646 horas (2018 – 2.920 horas e 2017 – 1.530 horas), o Conselho Fiscal 560 horas (2018 – 1.520 horas e 2017 – 576 horas) e o Conselho Consultivo dedicou 2.400 horas (2018 – 4.864 horas e 2017 – 1.746 horas) – quantidade de horas não auditada.

- d) Refere-se a empregados cedidos pelas mantenedoras – Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil Ltda., tendo em vista a continuidade de vários programas e a disseminação do conhecimento do mantenedor para agregar aos processos da Fundação Renova. Os montantes aqui registrados representam o somatório dos salários, encargos e benefícios destes empregados, dispendidos por cada mantenedora.
- e) Serviços compartilhados que eram executados exclusivamente pela mantenedora principal, Samarco, nas áreas de Suprimentos e Gestão de TI foram todos finalizados em maio de 2018.  
Os montantes foram escriturados considerando os valores de custo com a prestação de tais serviços apurados pela mantenedora que, por sua vez, controlava todos os dispêndios realizados para execução dos mesmos.

## 18. Despesas operacionais com programas

As despesas operacionais com os programas da Entidade referem-se aos gastos incorridos no período com programas de reparação e compensação socioambiental e socioeconômico previstos no TTAC. Os quadros abaixo demonstram a abertura dos gastos por grupo de medidas e por programa, em 31 de dezembro:

		2019	2018
Programas socioambientais – Reparação	(a)	685.901	569.807
Programas socioeconômicos – Reparação	(a)	1.305.768	1.305.954
Programas socioambientais – Compensação	(b)	101.796	41.117
Programas socioeconômicos – Compensação	(b)	22.464	29.686
		<b>2.115.929</b>	<b>1.946.564</b>

### a) Programas – Reparação

Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem.

<b>PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Programa de manejo dos rejeitos	90.888	59.767
Contenção dos rejeitos e tratamento dos rios impactados	128.265	190.745
Recuperação da área Ambiental 1	16.981	34.015
Conservação da biodiversidade aquática	71.479	42.030
Conservação da fauna e flora terrestre	7.541	10.500
Sistemas de abastecimento de água	108.609	41.238
Investigação de monitoramento da água	27.450	16.370
Consolidação das unidades de conservação	3.725	362
Gerenciamento dos programas	230.963	174.780
	<b>685.901</b>	<b>569.807</b>

<b>PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Medidas mitigatórias emergenciais	-	8.354
Levantamento cadastro dos impactados	18.823	25.731
Ressarcimento indenização impactados	447.117	293.092
Proteção dos povos indígenas	71.825	78.993
Proteção comunidade tradicional	11.217	15.278
Programa de proteção social	4.292	2.192
Comunicação e diálogo	33.354	41.907
Assistência aos animais	5.149	4.442
Reconstrução Bento, Paracatu e Gesteira	45.427	25.776
Recuperação reservatório UHE R. Neves	131.213	216.338
Recuperação de infraestrutura impactada	67.620	53.197
Recuperação de escolas	4.908	5.009
Preservação da memória histórica	10.816	3.965
Apoio ao turismo, cultura e esporte	4.299	4.425
Saúde física e mental dos impactados	10.198	9.695
Retomada da atividade pesqueira	400	480
Retomada da atividade agropecuária	37.569	21.774
Recuperação de micro e pequenos negócios	3.117	1.387
Auxílio financeiro dos impactados	398.340	427.084
Ressarcimento de despesas extraordinárias	84	66.835
	<b>1.305.768</b>	<b>1.305.954</b>

### b) Programas - Compensação

Compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos programas.

<b>PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Contenção dos rejeitos e tratamento dos rios impactados	2.479	1.650
Recuperação de APP e controle de erosão	13.866	4.669
Recuperação de nascentes	15.525	10.174
Estrutura de triagem reintrodução da fauna	753	183
Programa de coleta de tratamento de esgoto	5.449	2.046
Sistemas de abastecimento de água	41.579	7.135
Sistema de educação ambiental	8.589	1.960
Preparação de emergência ambiental	5.760	4.117
Informação para população	912	1.853
Comunicação nacional e internacional	2.340	1.661
Investigação e monitoramento da água	4.177	5.444
Consolidação das unidades de conservação	67	-
Apoio à implementação de inventários ambientais e rurais	300	225
	<b>101.796</b>	<b>41.117</b>

<b>PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Recuperação reservatório UHE Risoleta Neves	-	5.818
Apoio ao turismo cultura e esporte	919	937
Pesquisa e tecnologias remediação	210	385
Diversificação a economia regional	7.950	1.798
Estímulo a contratação local	1.582	2.745
Ressarcimento de indenização aos impactados	11.803	18.003
	<b>22.464</b>	<b>29.686</b>

## 19. Despesas operacionais administrativas

Estas despesas se caracterizam como sendo as necessárias para manutenção das atividades operacionais da Fundação, não estando ligadas diretamente à execução dos programas.

Incluem-se também nestas, as despesas reconhecidas referentes aos serviços voluntários recebidos pela Entidade e o custeio do sistema CIF de governança.

O serviço voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, mesmo que não tenha ocorrido o desembolso financeiro, conforme norma contábil ITG2002 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

Custeio do sistema de governança referem-se a valores realizados com o novo sistema de governança da Fundação Renova, assinado em junho de 2018 e estabelecido através do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) de Governança, e compreendem as despesas com viagens dos membros das câmaras técnicas (CT's), Comitê Interfederativo (CIF), despesas com reuniões desses grupos e os custos com secretariado para as respectivas reuniões.

A composição das despesas administrativas encontra-se detalhada abaixo.

	Nota	2019	2018
Serviços contratados		50.367	14.541
Pessoal próprio		47.326	22.111
Consultoria jurídica		18.529	13.443
Consultoria e estudos		7.622	4.568
Custeio sistema de governança		7.330	1.275
Viagens		4.709	3.477
Depreciação/amortização bens administrativos	9	3.589	1.765
ITR e ISS remessas exteriores	12	609	697
Seguro		467	162
Tributos sobre folha de pagamento		-	38.794
Outras despesas administrativas		58	12.371
		140.606	113.204
Serviço voluntário conselheiros	17.c	963	1.399
Serviço voluntário empregados cedidos	17.d	84	602
Serviço voluntário compartilhado	17.e	-	301
		1.047	2.302
		<b>141.653</b>	<b>115.506</b>

## 20. Resultado financeiro

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

<b>Receita financeira</b>	Nota	2019	2018
Rendimentos com aplicações financeiras		46.833	39.275
Atualização financeira das obrigações socioambientais e socioeconômicas	(a)	(28.387)	(25.598)
Outras receitas		19	-
		<b>18.465</b>	<b>13.677</b>

(a) A Fundação recebeu das mantenedoras os recursos para fazer frente às obrigações socioambientais e socioeconômicas (nota 14). Entretanto, tais recursos não foram gastos dentro do mesmo período do recebimento e, portanto, foram atualizados pelo índice inflacionário IPCA, reduzindo assim os rendimentos auferidos nas respectivas aplicações financeiras.

<b>Despesas financeiras</b>	2019	2018
Juros – atualização financeira sobre tributos a pagar e outros	1.887	4.036
COFINS sobre receitas financeiras	1.811	3.833
Tarifas bancárias	378	155
Arrendamento financeiro - IFRS16	233	-
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(350)	1.433
Outros	-	33
	<b>3.959</b>	<b>9.490</b>

## 21. Aportes mantenedoras

As mantenedoras realizaram ao longo de 2019 os aportes - dotações e contribuições - apresentados abaixo. Estes aportes são responsáveis por manter a continuidade da Fundação Renova. Cabe ressaltar que estes valores não constituem passivos da Renova para com as mantenedoras, conforme regulamentado no TTAC e estão detalhados na nota 16 – Patrimônio Líquido.

	2019	2018
Samarco Mineração S.A.	490.000	-
Vale S.A.	1.254.000	1.045.506
BHP Billiton Brasil Ltda.	1.254.000	1.045.506
	<b>2.998.000</b>	<b>2.091.012</b>

## 22. Compromissos (*commitments*)

A Fundação possui contratos de longo prazo, conforme mostra a tabela a seguir e dentre os principais podemos citar os serviços de auditoria, obras civis, fornecimento e montagem de tubos, monitoramento hídrico e biodiversidade aquática, PIM, serviços de atividades agropecuárias, vigilância empresarial, fornecimento de cartões, gerenciamento e fiscalização, recuperação florestal, serviços de bioengenharia, infraestrutura de Bento Rodrigues, Paracatu e Barra Longa, serviços de logística e transporte.

	2019	2018
Até 1 ano	1.219.931	1.196.253
De 1 a 2 anos	904.089	221.572
De 2 a 3 anos	277.630	54.503
De 3 a 5 anos	27.585	4.288
Acima de 5 anos	-	-
	<b>2.429.235</b>	<b>1.476.616</b>

## 23. Cobertura de seguros (não auditada)

Dado o escopo das atividades da Fundação e a diversidade de suas operações, tendo como base a linha de diretrizes de seus comitês de gestão, a Fundação Renova contratou seguros de Responsabilidade Civil Geral (bens de terceiros), D&O (Responsabilidade Civil para Diretores) e apólices específicas de Responsabilidade Civil e Risco de Engenharia para a obra de Eixo 1 (também conhecida como Barragem de Fundão). No ano de 2019 foi adicionada uma nova modalidade cobertura, a de Riscos Cibernéticos.

A apólice de Responsabilidade Civil Geral tem vigência de 24 meses, iniciou-se em maio de 2019, até maio de 2021 com limite máximo indenizável de R\$ 120.000.

A apólice de D&O tem vigência de 12 meses, a partir de março de 2019 até março de 2020 com um limite máximo indenizável de R\$263.000, esse limite foi estabelecido após a contratação de uma consultoria que mapeou todos os cenários e interfaces da Renova.

Para a obra do Eixo 1 (reconstrução da barragem), foi contratada a apólice de Responsabilidade Civil e Risco de Engenharia abrangendo todo o período da obra., essa apólice teve a sua cobertura encerrada em dezembro de 2019. A apólice de riscos cibernéticos foi contratada em novembro de 2019 por um período de 12 meses, com um limite máximo indenizável de R\$30.000.

Também estão em vigor as apólices de seguro de acidentes pessoais, seguro de vida para todos os empregados da Fundação Renova e seguro patrimonial para os escritórios da Renova.

## 24. Eventos subsequentes

A Fundação Renova, com o objetivo de proteger seus colaboradores e as comunidades e seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, em relação à pandemia de COVID-19, adotou medidas para redução da circulação das pessoas a partir de 16 de março de 2020. Colocou todos os colaboradores diretos trabalhando remotamente, suspendeu as atividades administrativas nos Escritórios CIM (Centros de Indenização Mediada) e CIA (Centros de Informação e Atendimento) e paralisou as atividades de campo relacionadas a obras e recuperação florestal, mantendo somente algumas ações emergenciais e essenciais.

Devido ao desconhecimento de outras medidas que serão tomadas pelo poder público, do prazo de duração desse período de isolamento social, da efetividade das ações tomadas para mitigar a disseminação da pandemia e outros fatores, o impacto nas suas atividades ainda está sendo avaliado pela Fundação Renova.

### **Conselho Curador**

#### **Membros efetivos**

Camilla Lott Ferreira  
David James Crawford  
Ivan Apsan Frediani  
Juliana Carneiro Cota  
Pedro Aguiar de Freitas  
Sérgio Márcio de Freitas Leite

### **Diretoria**

André Giacine de Freitas  
Diretor-presidente

Guilherme Almeida Tangari  
Diretora de Engajamento e Integração Territorial

Carlos Rogerio Freire de Carvalho  
Diretor de Infraestrutura

### **Conselho Fiscal**

#### **Membros efetivos**

Atif Nazir Janjua  
Josilda Helena Saad  
Lucas Brandão Filho  
Luciana Cássia Nogueira  
Rodrigo Lubiana Zanotti

### **Responsável Técnico**

Wandeir Campos da Silva  
Contador - CRC-MG 122183/O-9